



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por imperativos profissionais, estará ausente no período compreendido entre os dias 6 de fevereiro e 6 de março de 2014, pelo que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 3, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 2014
3. REQ. N. 3224/09, DATADO DE 10/12/2009 – PC N.º 269/09, DATADO DE 10/12/2009 – ROGÉRIO PAULO FERREIRA REIS

4. REQ. N. 2056/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 7/12, DATADO DE 06/01/2012 – CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO
5. REQ. N.1559/13, DATADO DE 27/09/2013 - PC N.º238/11, DATADO DE 30/06/2011 – ANTÓNIO MIGUEL COELHO
6. REQ. N.1772/13, DATADO DE 31/10/2013 - PC N.302/11, DATADO DE 04/08/2011 – ANTÓNIO BATISTA VALENTE
7. REQ. N. 51/14, DATADO DE 14/01/2014 – PC N.º 157/13, DATADO DE 22/05/2013 – VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA e MAGDA ALEXANDRA FELICIANO ROCHA
8. REQ. N. 115/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 415/13, DATADO DE 30/10/2013 – VITOR MANUEL LOURENÇO
9. REQ. N. 114/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 267/09, DATADO DE 04/12/2009 – LUIS MANUEL ABREU PARREIRA
10. REQ. N. 107/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 193/12, DATADO DE 11/07/2012 – FERNANDO RODRIGUES TOMÉ
11. REQ. N. 167/14, DATADO DE 03/02/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.
12. REQ. N. 139/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 129/13, DATADO DE 06/05/2013 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.
13. REQ. N. 193/14, DATADO DE 07/02/2014 – PC N.º 38/14, DATADO DE 07/02/2014 – CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. e PT COMUNICAÇÕES, S.A.
14. REQ. N.164/14, DATADO DE 31/01/2014 - PC N.123/13, DATADO DE 29/04/2013 – ARMINDO NUNES MESQUITA
15. REQ. N.132/14, DATADO DE 28/01/2014 - PC N.199/13, DATADO DE 03/07/2013 – PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA
16. REQ. N.234/14, DATADO DE 14/02/2014 - PC N.19/14, DATADO DE 21/01/2014 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
17. REQ. N. 2026/13, DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 394/13, DATADO DE 24/10/2013 – AGOSTINHO PEREIRA

18. REQ. N. 852/13, DATADO DE 06/05/2013 – PC N.º 148/12, DATADO DE 22/05/2012 – JOSE DINIS PEREIRA
19. REQ. N.98/14, DATADO DE 22/01/2014 - PC N.º22/14, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS
20. REQ. N. 1917/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 378/13, DATADO DE 14/10/2013 – JOSÉ SANTOS CRUZ
21. REQ. N. 96/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 1/13, DATADO DE 04/01/2013 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS
22. REQ. N. 1149/13, DATADO DE 24/07/2013 – PC N.º 239/13, DATADO DE 24/07/2013 – MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS FERREIRA MARQUES
23. REQ. N. 381/13, DATADO DE 12/03/2013 – PC N.º 90/11, DATADO DE 17/03/2011 – SIMÕES SILVA & FILHOS, LDA
24. REQ. N. 1430/12, DATADO DE 29/08/2012 – PC N.º 66/11, DATADO DE 01/03/2011 – MARIA SAMEIRO FERNANDES GONÇALVES
25. REQ. N. 91/04, DATADO DE 30/01/2004 – PC N.º 1628/13, DATADO DE 10/10/2013 – VECOGEST, LDA
26. REQ. N. 137/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 358/11, DATADO DE 20/09/2011 – IRENO DOS SANTOS e RUI ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS
27. REQ. N. 1990/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 697/00, DATADO DE 28/06/2000 – OCEANO AZUL – CONSTRUÇÕES, LDA.
28. REQ. N. 1991/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 697/00, DATADO DE 28/06/2000 – OCEANO AZUL – CONSTRUÇÕES, LDA.
29. REQ. N. 100/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 73/07, DATADO DE 30/01/2007 – CORDEIRO, SILVA E CORDEIRO, LDA.
30. REQ. N. 214/14, DATADO DE 12/02/2014 – PC N.º 65/2014, DATADO DE 12/02/2014 – HENRIQUE CARVALHO MOTA
31. REQ. N. 175/14, DATADO DE 03/02/2014 – PC N.º 40/2004 , DATADO DE 29/01/2014 – MARIA TERESA CARDOSO LEITÃO PORTELA
32. REQ. N. 1987/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 471/2013, DATADO DE 04/12/2013 – ALBERTINA RIBEIRO CRAVEIRO DA CRUZ

33. REQ. N. 979/12, DATADO DE 11/06/2012 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE
34. REQ. N. 1774/11, DATADO DE 01/09/2011 – PC N.º 304/08, DATADO DE 18/09/2008 – CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO
35. REQ. N. 2460/09, DATADO DE 21/09/2009 – PC N.º 146/09, DATADO DE 26/09/2009 – RUI MANUEL VENDEIRINHO FRANCISCO
36. REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.
37. REQ. N. 292/12, DATADO DE 15/02/2012 – PC N.º 19/09, DATADO DE 05/02/2009 – TRANSOGÁS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA
38. REQ. N. 2375/11, DATADO DE 22/11/2011 – PC N.º 67/10, DATADO DE 06/04/2010 – SANTOS BAROSA VIDRO, S.A.
39. REQ. N. 425/12, DATADO DE 08/03/2012 – PC N.º 585/07, DATADO DE 26/09/2007 – CIDÁLIA DAS NEVES LUÍS
40. REQ. N. 2859/10, DATADO DE 17/12/2010 – PC N.º 480/06, DATADO DE 24/07/2006 – JOSÉ ESPERANÇA BARBEIRO
41. REQ. N. 767/12, DATADO DE 07/02/2012 – PC N.º 727/07, DATADO DE 26/12/2007 – VECOGEST, LDA.
42. REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.
43. REQ. N. 150/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 28/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
44. REQ. N. 141/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 27/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
45. REQ. N. 30/14, DATADO DE 09/01/2014 – PC N.º 5/14 , DATADO DE 09/01/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
46. REQ. N. 60/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 11/14 , DATADO DE 16/01/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
47. REQ. N. 80/14, DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 18/14, DATADO DE 20/01/2014 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.

48. REQ. N. 127/14, DATADO DE 27/01/2014 – PC N.º 25/14, DATADO DE 27/01/2014 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.
49. REQ. N.º 5/14 – PC N.º 1/14 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
50. REQ. N. 1024/13, DATADO DE 08/07/2013 – PC N.º 342/12, DATADO DE 19/11/2012 – FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA
51. 3.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 1.ª REVISÃO
52. EDIFÍCIOS DEGRADADOS – AV.ª. 1.ª DE MAIO, NºS. 58/60 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: HERANÇA DE JOSÉ DOS SANTOS LOPES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE – APRECIACÃO DO AUTO DE VISTORIA – REALIZAÇÃO DE TRABALHOS URGENTES.
53. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: CÉSAR BASTOS – BURACO NO PAVIMENTO DA RUA DA PASSAGEM, VIEIRA DE LEIRIA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.
54. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: HÉLDER MOREIRA FERNANDES - DEFERIMENTO.
55. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ DA PRAIA, EM S. PEDRO DE MOEL. CESSAÇÃO DO CONTRATO.
56. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.
57. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA. AUTORIZAÇÃO. ASSEMBLEIA MUNICIPAL.
58. “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA”. RECLAMAÇÃO. APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS DO PROJETO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.
59. ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DA MARINHA GRANDE
60. ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DA MOITA

61. ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA
62. RECEPÇÃO DEFINITIVA
63. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
64. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA COMEMORAÇÃO DO CARNAVAL
65. AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
66. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JANEIRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
67. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ENTRE 17-12-2013 E 31-12-2013
68. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO MÊS DE JANEIRO DE 2014
69. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. ADITAMENTO.
70. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO E DESINFESTAÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS E COLECTORES MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE MARÇO 2014 A DEZEMBRO 2016”*
71. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – RATIFICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PLURIANUALIDADE NA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS

**72. FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO
APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA**

73. PROJETO DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE 2014

74. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se para serem atendidos os seguintes munícipes:

1 - Sr. Ernesto Conceição Silva, residente na Travessa dos Pimentas, n.º 9 - Engenho, Marinha Grande, para expor os seguintes assuntos:

- a) Repavimentação de parte da Travessa dos Pimentas, devido ao facto de os serviços da Câmara terem procedido à ligação de água a duas novas moradias, sendo para tal necessário abrir o pavimento da referida travessa, não sendo depois feita a repavimentação;
- b) Receita e distribuição do IRS entregue à autarquia;
- c) Aspetos técnicos do IMI de que a autarquia dispõe e deles deve dar conhecimento à repartição de finanças local;
- d) Ligação do Ramal da sua habitação ao saneamento.

Apesar de inscrito, o munícipe não compareceu.

2 - Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que expôs os seguintes assuntos:

- a) Relacionamento da Câmara com os Munícipes;
- b) Marcação de tracejado na via pública - Rua Prof. Virgílio de Moraes.

Em relação ao primeiro assunto referiu que sobre as árvores recentemente cortadas, que segundo dizem foi para segurança de pessoas e bens, tem escrito nos jornais e chamado muitas vezes a atenção, desde há cerca de quatro anos, para as dificuldades dos invisíveis e outros casos, muitas vezes documentados com fotos e nunca foi atendido.

Por esta razão colocou duas questões:

- Porque é que as suas sugestões nunca foram executadas, não para seu bem pessoal mas de todos;
- A nova vereação vai continuar a não dar ouvidos aos munícipes ou vai mudar de atitude.

Relativamente ao segundo assunto, fez entrega de uma petição dos moradores do prédio onde habita, em que reclamam a reposição do tracejado que existiu, há mais de trinta anos, na Rua Professor Virgílio de Moraes, e que foi retirado sem qualquer justificação, situação que dificulta o acesso dos moradores ao logradouro e às garagens.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu, referindo que as sugestões dos munícipes não vão para o lixo, só que nem sempre são tecnicamente exequíveis.

Sobre o corte das árvores informou que elas são do Instituto das Estradas e a Câmara obteve autorização para retirar cerca de doze, estando a preparar, ao mesmo tempo, um processo para desobstrução dos passeios, aumentando assim a mobilidade condicionada, designadamente na zona por detrás da Ribeira das Bernardas e junto ao Centimfe.

Relativamente à reposição do tracejado, referiu que tem que ser pesada a facilidade de quem ali vive mas também o cuidar da segurança, pelo que vai enviar a petição para os serviços a fim de ser estudada pelos técnicos.

O **Sr. Presidente** também respondeu, referindo que deixou de ler alguns jornais, ou pelo menos não os lê com a regularidade com que o Sr. Joaquim Andrade o faz. No que respeita às árvores, algumas não são da dependência da Câmara mas sim do Instituto de Estradas, que tem vindo a colaborar, permitindo que a Câmara venha ganhando galardões na área da mobilidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Começou a sua intervenção saudando todos os colegas presentes, o público e os Srs. Presidentes das três Juntas de Freguesia do concelho.
- ⇒ Constatou que mais uma vez os atletas da Marinha Grande levaram o nome da cidade aos pódiums, e por isso este feito deve ser realçado. Há também um treinador marinhense de hóquei que chegou a um lugar de destaque num clube a nível nacional. Para os homenagear e assinalar estes feitos, o pelouro da Educação está a gizar a realização de um agradecimento público.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes colocou as seguintes questões, que pretende que sejam respondidas pelo Sr. Vereador Vítor Pereira:

- ⇒ Quais as comemorações especiais previstas para assinalar os 40 anos do 25 de abril;
- ⇒ Para quando as festas da cidade e se já há programa;
- ⇒ Qual a data de inauguração da Casa da Cultura e quem vai ser o responsável.

O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Começou por elogiar a obra feita, referindo-se a uma questão que levantou em novembro de 2013, em relação à degradação de passeios na zona da Ribeira das Bernardas, e que agora o Vereador Paulo Vicente disse que vai ser resolvida.
- ⇒ Pretende saber se o apoio à natalidade vai continuar, para poder responder à questão que lhe foi colocada por um munícipe e que ficou de apresentar nesta reunião.
- ⇒ Em relação à estrada de Casal Galego, que vai para a GalloVidro, pretende saber o que a Câmara pensa fazer sobre o km que falta pavimentar, uma vez que o resto é da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria.
- ⇒ Os lancis do Largo Ilídio de Carvalho estão partidos, e julga que isso foi feito pela empresa que fez a obra da Resinagem, pelo que questionou se a Câmara lhes vai pedir para remediar os prejuízos.
- ⇒ Solicitou, uma vez mais, o ponto de situação relativamente ao relvado do A.C.M..
- ⇒ Chamou novamente a atenção para a degradação e perigo que constitui o centro histórico, onde lhe dá medo passar, colocando-se à disposição da Câmara para colaborar naquilo que esteja ao seu alcance.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira começou a sua intervenção saudando todos os presentes, nomeadamente os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, abordando depois os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que comungava das felicitações da Sr.ª Vereadora Alexandra no elogio aos atletas, salientando que é justo homenageá-los, assim como a todos os distintos marinhenses, mas lembrou que no Facebook a equipa de Patinagem da Guilherme Stephens escreveu que não recebe apoios da Câmara, devido ao regulamento injusto, e leu o que estava postado no Facebook, a qual a Vereadora deu os parabéns:
“Ao contrário do que acontece com os patinadores de hóquei em patins e com os patinadores de patinagem artística, os patinadores de velocidade continuam fora do apoio que a autarquia da Marinha Grande concede ao desenvolvimento do desporto federado.” É também isto que temos de alterar na atribuição de subsídios à atividade desportiva, além de outras coisas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

⇒ Registou o reconhecimento do Sr. Presidente ao dar conhecimento da documentação a todos os Vereadores e assim cumprir a lei, lendo de seguida a declaração cujo conteúdo se passa a reproduzir:

“DECLARAÇÃO_10/2014

Assunto: Envio de documentação aquando da ordem do dia

Relativamente a este assunto apraz-me registar o reconhecimento do Senhor Presidente perante a necessidade de dar cumprimento ao n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, situação manifestada em dois momentos:

- 1) no facto de terem sido retirados, da apreciação do órgão executivo, todos os pontos agendados na ordem de trabalhos da última reunião, referentes a processos sobre os quais não nos tinha sido enviada qualquer informação;*
- 2) no envio de alguns documentos referentes à quase totalidade dos pontos, agendados para a reunião de hoje, mesmo que no processo de digitalização se tivesse apagado o nome, função e assinatura dos trabalhadores que subscrevem a informação/documento, que continuam a ser enviados documentos sem contextualização e fundamentação técnica (de que são exemplos os contratos, os protocolos, entre outros).*

Lamento, contudo, que tivessem sido necessárias 10 reuniões e quase 4 meses para que o Senhor Presidente da Câmara tivesse percebido isto, situação que me levou à adopção de uma série de medidas, que teriam sido desnecessárias se simplesmente se cumprisse a lei.

*Marinha Grande, 20 de Fevereiro 2014
O Vereador
Aurélio Ferreira”*

⇒ Leu um requerimento sobre o pedido de intervenção no JI/EB da Moita, cujo conteúdo se passa a reproduzir:

“REQUERIMENTO_09/2014

Assunto: Referenciação de problema no JI/EB de Moita

A Presidente da Associação de Pais do JI/EB 1 da Moita reportou-me uma série de problemas do equipamento educativo em apreço as quais passo a reportar:

- a) o tecto de uma das salas já está a deteriorar-se devido a infiltração de águas;*
- b) há um problema de acesso às casas de banho da escola que se prende com o facto de se encontrarem no exterior, tendo as portas viradas directamente para a rua. Nos dias de frio ou chuva as crianças estão sujeitas a um choque térmico*

- (dado que estão quentes nas salas de aula) e/ou a molharem-se respectivamente;*
- c) há vários sítios de acumulação de água (junto ao portão de acesso e no recreio), vulgo poças de água;*
 - d) o telheiro da escola é pequeno e, em dias de chuva, “chove quase mais debaixo dele do que fora dele”, não tem inclinação suficiente “para escoar bem a água e nas juntas está mal vedado, levando à queda de água pelas fendas”;*
 - e) O estabelecimento não tem espaços com sombreamento suficiente para que as crianças possam brincar protegidas das condições meteorológicas adversas (muito calor ou chuva);*
 - f) Há necessidade de reparação do telhado dos anexos, onde a água ganha altura e inunda a sala que funciona de refeitório para os professores e funcionários. Há necessidade de limpeza regular;*
 - g) Verifica-se ainda infiltração de água junto à parte eléctrica.*

Sobre este assunto foi-me ainda reportado o seguinte:

- a) Estes problemas são do conhecimento de técnicos e engenheiros da Câmara, presidente da Junta de Freguesia, alguém da área da higiene e segurança proveniente do centro de saúde;*
- b) A Associação de Pais está disposta colaborar na resolução destes problemas embora considere que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia devem actuar numa primeira linha, repartindo-se as responsabilidades.*

Face ao descrito, e tendo informação, que não confirmei, de que em outras escolas está a acontecer o mesmo, proponho que o Sr. Presidente adopte as diligências consideradas ajustadas ao levantamento dos problemas em apreço e à elaboração de uma proposta de resolução dos mesmos, em função da prioridade que as questões de segurança e bem-estar das crianças e da comunidade escolar exigirem.

*Marinha Grande, 20 de Fevereiro 2014
O Vereador
Aurélio Ferreira”*

⇒ Pede ao Sr. Presidente que esclareça as notícias que saíram nos jornais sobre acontecimentos que se terão passado na Câmara.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Começou por dizer que apesar de se ter que aplicar e cumprir o Regimento, não poderá ser muito breve na sua intervenção, uma vez que tem que responder às questões que lhe foram dirigidas.
- ⇒ Disse que, apesar das diferenças, queria deixar a sua palavra de recordação, com saudade, e de reconhecimento ao homem, ao empresário e ao político marinhense que foi Jorge Martins.

⇒ Seguidamente passou a responder às questões que lhe foram colocadas:
Comemorações especiais para os 40 anos do 25 de abril – é a luta do povo português, é despertá-lo para que participe cada vez mais nas lutas pelos direitos que nos estão a ser roubados. O ênfase está não nas comemorações especiais mas sim na luta pelas conquistas alcançadas e pelo poder democrático.

Festas da cidade – estão delineadas e projectadas, houve uma reunião no auditório do Estádio Municipal, com casa cheia, que contou com a presença de muitas colectividades e até de 2 Presidentes de Junta, foi uma boa reunião, em que se discutiu o 25 de abril e as festas da cidade, que estão agendadas para 6, 7 e 8 de junho, no Parque da Cerca e zonas envolventes.

Casa da Cultura – fez ontem uma visita, há aspetos a ultimar, já foram feitos os pedidos de licenciamento necessários e vistorias, parecendo-lhe cedo avançar com uma data para a inauguração. Vai ser dirigida pela Dr.^a Fátima Bentes, técnica com muitos anos na função pública, que já exerceu as mesmas funções na Câmara Municipal de Leiria, e que lhe oferece toda a confiança no desenvolvimento deste trabalho. Também está a colaborar o Arqt.^o Norberto Barroca, que está a organizar o programa de inauguração, no qual também está envolvido o Grupo de Teatro do Sport Operário Marinhense, o encenador do Império e o Teatresco, que na Vieira é um exemplo no que se consegue fazer com poucos meios.

Natalidade – está a fazer todos os esforços para que o programa de apoio venha à próxima reunião e para que entre os períodos de tempo de final do anterior e início do próximo ninguém fique sem apoio.

⇒ Por último alertou para a necessária reflexão sobre a definição política daquilo que se pretende fazer com os apoios desportivos.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho respondeu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, informando que as escolas têm sido uma preocupação sua, já visitou todas as Escolas do Agrupamento Nascente, e amanhã vai iniciar o périplo pelas escolas do Agrupamento Poente, para fazer um levantamento das necessidades e tirar fotos. Já visitou 16 escolas, faltando visitar o referido Agrupamento, bem como as escolas de Vieira de Leiria e da Moita. É um trabalho que está a meio, que espera concluir brevemente, e embora as obras não sejam do seu pelouro está atenta.

O Sr. Vereador Paulo Vicente iniciou a sua intervenção saudando os presentes, especialmente os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, respondendo de seguida às seguintes questões:

⇒ Rua do Repouso, em Casal Galego – o Vereador da Câmara Municipal de Leiria informou-o que vão iniciar as obras. Nós não temos previsto no Plano e Orçamento para este ano a continuação da rua, vamos ver se poderá ser

para o próximo ano. Muitas vezes não são as obras que são caras, mas a não colaboração dos munícipes moradores que não colaboram nas cedências necessárias, especialmente na Marinha Grande, onde é muito difícil, e por vezes as verbas de indemnização são mais elevadas do que a execução da rua. É este o caso.

- ⇒ Largo Ilídio de Carvalho – vai ver a situação com o construtor da Resinagem, com quem tem uma reunião marcada.
- ⇒ Referindo-se à declaração proferida pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, recordou que nunca aqui foi tomada qualquer deliberação que fosse ferida de legalidade, porque todos os documentos sempre estiveram à disposição de todos os Vereadores.
- ⇒ Sobre as escolas referiu que estão a ser feitas obras na Ordem e Ordem 1, e que vão sendo feitas as melhorias que é possível, aproveitando os períodos de férias. Nas férias do verão vão ser intervencionadas outras escolas. Estão a decorrer obras de reconversão da escola do Pilado que foi desactivada para o Jardim de Infância do Pilado, seguindo-se depois um refeitório para todas as escolas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que há emergências em que talvez tenha que se avançar já e não esperar pelas férias.

O Sr. Presidente saudou a presença dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, respondendo de seguida às seguintes questões:

- ⇒ Rua do Repouso – a estrada está feita há 3 anos, a Câmara de Leiria não fez nada, e a obra poderia ter sido feita em conjunto. Vamos tentar fazer o que falta, apesar de não haver nem mais um tostão de financiamento para estradas e para escolas.
- ⇒ Relvado do A.C.M. – é um problema entre a U.D.L. e o fornecedor. A dívida da U.D.L. para com a Câmara foi reconhecida, apesar de achar que não iremos receber.
- ⇒ Centro tradicional – vai haver uma reunião sobre a segurança, pelo que agradece e conta com toda a disponibilidade do Sr. Vereador António Santos.
- ⇒ Relativamente ao que se passou na Câmara informou que já deu a resposta ao Jornal da Marinha Grande, se é que a publicaram, não tendo mais nada a acrescentar, pois entende que a reunião da Câmara Municipal não é o lugar para estes assuntos, que para si são “menores”.
- ⇒ Disse que comunga do reconhecimento aos atletas e espera continuar com todo o apoio que tem vindo a ser dado.
- ⇒ Informou que foi contactado e que há perspectivas de um bom investimento na Marinha Grande, pelo que apela a que os investidores continuem a apostar no concelho, o que permite os bons resultados económicos alcançados, tanto em termos financeiros como de criação de postos de trabalho, contribuindo para um baixo nível de desemprego.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** também se congratulou com os bons resultados obtidos pelos atletas, referindo que tem havido bom investimento nas escolas e nos clubes, pelo que os resultados estão à vista.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 3, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 2014

122 - Presente a ata n.º 3, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 6 de fevereiro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente declarou o seguinte:

“Relativamente à proposta de alteração às declarações do Sr. Vereador Aurélio Ferreira constantes da página 12 da ata, declaro que não ouvi o que é afirmado, no entanto a ser verdade o que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira diz que disse, o que foi confirmado pelo Vereador António Santos e pela Vereadora Maria João, considero que foi um desrespeito ao Sr. Presidente da Câmara.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Atendendo à presença na reunião dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, o Sr. Presidente da Câmara propôs que se passasse de imediato à discussão e votação dos pontos respeitantes aos acordos de execução a celebrar com cada freguesia, sendo necessário que se vote antes a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014.

Esta proposta mereceu a concordância de todos, pelo que os pontos da ordem do dia n.ºs 51, 59, 60 e 61 foram apreciados e votados de seguida.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

51 - 3.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 1.ª REVISÃO

123 - Presente proposta da 3ª Modificação – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2014, no valor de 167.722,62 euros nos reforços e 167.722,62 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2014, no valor de 140.165,72 euros nos reforços e 140.165,72 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014, no valor de 28.500,00 euros nos reforços e 28.500,00 euros nas anulações e com inscrição em anos seguintes de 294.209,36 euros;

1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2014, no valor de 104.705,00 euros nos reforços e 33.700,00 euros nas anulações e com anulação em anos seguintes de 294.209,36 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, constituída pela 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

Para introduzir os pontos 59, 60 e 61, o Sr. Vereador Paulo Vicente, que liderou as negociações da Câmara com as 3 Juntas de Freguesia, fez a explicação dos acordos, uma vez que se prendem com áreas dos seus pelouros.

Terminada a explicação dos acordos, o Sr. Presidente deu a palavra a cada um dos Presidentes de Junta.

O primeiro a usar da palavra foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, que saudou o executivo e se congratulou com o acordo e com o empenho da Câmara. Referiu que a Junta a que preside só recebe cerca de 80.000 € de transferências, que não chega, pelo que é essencial o apoio das Câmaras Municipais.

Disse que será com prazer que receberá a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho nas visitas às escolas da freguesia, disponibilizando-se para a acompanhar.

Referiu ainda que as Leis n.ºs 73 e 75/2013 são um ataque ao poder local e vieram constranger a ação das Juntas de Freguesia. No nosso concelho as Juntas viram-se cerceadas de financiamento durante 5 meses, desde outubro, pelo que pediu, e agradecia, que a Câmara tentasse encontrar uma forma de as compensar.

Seguidamente usou da palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita**, que saudou os presentes e reforçou as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, especialmente a penalização dos 5 meses sem financiamento, resultantes do final de mandato.

Referiu que a Junta da Moita é pequena, tem poucas receitas, e se não fosse o apoio da Câmara teria que fechar portas. As estradas estão em mau estado, com o mau tempo e as chuvas, e há situações graves a resolver, que estão a ser avaliadas pela Proteção Civil em colaboração com a Junta, o que vai obrigar a um esforço financeiro muito grande.

Por último manifestou também a sua disponibilidade para acompanhar a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho na visita às escolas, colocando à sua disposição toda a informação de que dispõe.

Seguiu-se a intervenção da **Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande**, que saudou a mesa, e disse que realmente está receosa, pois a freguesia da Marinha Grande é diferente das outras duas. É impensável à Junta da Marinha Grande fazer todas as ruas e arruamentos sem o apoio da Câmara, que é uma situação que não está prevista no acordo e que ainda tem que ser discutida. Pediu ao executivo que continue a fornecer o material de semi-penetração, que remedia a situação das estradas e resolve os problemas dos municípios, de lama no inverno e de pó no verão. Deixa este alerta, pois ajudará a melhor servir as populações, tanto por parte da Câmara como por parte da Junta.

Seguidamente enunciou algumas das dificuldades da Junta em colocar em prática as competências que lhe estão adstritas e por ser uma Junta de grande dimensão e com uma grande zona urbana. Pediu o auxílio da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho no que diz respeito às escolas, e lamentou os 5 meses em que não tiveram verba, manifestando toda a disponibilidade da Junta de Freguesia da Marinha Grande para trabalhar com a Câmara Municipal.

O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria** reforçou o facto de não receberem há 5 meses mas continuarem a assegurar as mesmas competências.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que pensa que esta lei poderá vir a sofrer algumas alterações. Informou que os serviços técnicos da Câmara estão totalmente abertos a todos os Presidentes de Junta, porque aquilo que for bom para as Juntas de Freguesia é bom para a Câmara e assim para os municípios.

O **Sr. Presidente da Câmara** frisou que politicamente a força que representa é contra esta lei. Sossegou a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, dizendo que vai ser possível assegurar as escolas em conjunto com a Câmara.

Seguidamente alargou a discussão aos Srs. Vereadores que pretendam usar da palavra.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** congratulou-se pelas intervenções, pelos esclarecimentos e pelo trabalho desenvolvido entre a Câmara e as Juntas. Vai votar a favor dos acordos, referindo que esta lei é um fortíssimo ataque ao poder local e visa criar constrangimentos e impossibilidade de poder atuar, tanto para as Câmaras como para as Juntas, porque em muitos aspetos a lei, na prática, é inexecutável. Há que encontrar novas soluções para apoiar o trabalho com as freguesias, designadamente no que respeita à situação dos inertes.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que ainda bem que se conseguiu chegar a um acordo com as freguesias, até porque são só 3. Esta lei é uma vergonha, numa época em que se preza a coesão territorial, e poderia vir a fazer com que a Câmara mandasse a Junta executar. É uma perfeita aberração, quem a fez não tem a mínima noção do que é o poder local. Tudo o que se conseguir tirar desta lei e alcançar resulta do bom senso. Entende que tem de haver uma força e será uma questão de tempo para que a lei possa vir a ser alterada. Também vai votar a favor, com o reconhecimento de que se tenha alcançado este acordo.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que apoia as intervenções dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Aurélio Ferreira, agradeceu a boa explicação do Sr. Vereador Paulo Vicente, e louvou a ação dos Presidentes de Junta, referindo que é bom vê-los focalizados em aprovar este acordo, realçando o bom trabalho da Câmara.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** referiu que esta lei representa um ataque ao poder local, retirando verbas e aumentando as competências das Juntas de Freguesia. É um ataque e um enorme desprezo pelas populações, é uma maneira criminosa de poupar. Fez suas as palavras dos antecessores e louva a ação das Juntas, que são quem vive de forma mais dramática as situações do dia-a-dia, e é bom que esta coesão se tenha feito de forma pacífica na Marinha Grande e se tenha alcançado este acordo, pelo que vai votar a favor.

O **Sr. Presidente da Câmara** deu os parabéns aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia porque sabe que as dificuldades são grandes, têm prestado um bom serviço às populações, porque continuaram, uma vez que foram novamente eleitos, e tudo irá fazer dentro da ANMP para contrariar esta lei.

Terminadas as intervenções foram postas a votação as seguintes propostas:

59 - ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

124 - Presente minuta de Acordo de Execução, a celebrar com a Freguesia da Marinha Grande, cujo conteúdo se dá por reproduzido e que fica em anexo (**Anexo 1**).

Considerando que:

- a) Compete a esta Câmara Municipal discutir e preparar propostas de acordos de execução, a celebrar com as juntas de freguesia;
- b) Os acordos de execução devem prever os recursos necessários e suficientes ao exercício das competências legalmente delegadas;
- c) O acordo de execução prevê expressamente os recursos humanos e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências legalmente delegadas.
- d) Em algumas das competências delegadas, de forma parcial ou global, é indispensável a gestão direta pela Câmara Municipal, em função da sua natureza estruturante e da execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do concelho.
- e) A concretização das competências em causa deve ajustar-se à estruturação interna de cada junta de freguesia e ao reconhecimento da efetiva capacidade de resposta de que disponha para o cumprimento das tarefas inerentes a cada uma das competências.
- f) A avaliação dos resultados que vierem a ser alcançados e a experiência que entretanto for adquirida por cada junta de freguesia contribuirão para a ampliação das respetivas áreas de intervenção.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea m) e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea k), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Aprovar a proposta de Acordo de Execução, que se dá por reproduzida; e
- b) Solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a sua celebração.

Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação à data da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2014.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

6o - ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DA MOITA

125 - Presente minuta de Acordo de Execução, a celebrar com a Freguesia da Moita, cujo conteúdo se dá por reproduzido e que fica em anexo (**Anexo 2**).

Considerando que:

- a) Compete a esta Câmara Municipal discutir e preparar propostas de acordos de execução, a celebrar com as juntas de freguesia;
- b) Os acordos de execução devem prever os recursos necessários e suficientes ao exercício das competências legalmente delegadas;
- c) O acordo de execução prevê expressamente os recursos financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências legalmente delegadas.

- d) Em algumas das competências delegadas, de forma parcial ou global, é indispensável a gestão direta pela Câmara Municipal, em função da sua natureza estruturante e da execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do concelho.
- e) A concretização das competências em causa deve ajustar-se à estruturação interna de cada junta de freguesia e ao reconhecimento da efetiva capacidade de resposta de que disponha para o cumprimento das tarefas inerentes a cada uma das competências.
- f) A avaliação dos resultados que vierem a ser alcançados e a experiência que entretanto for adquirida por cada junta de freguesia contribuirão para a ampliação das respetivas áreas de intervenção.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea m) e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea k), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Aprovar a proposta de Acordo de Execução, que se dá por reproduzida; e
- b) Solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a sua celebração.

Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação à data da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2014.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

61 - ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA

126 - Presente minuta de Acordo de Execução, a celebrar com a Freguesia de Vieira de Leiria, cujo conteúdo se dá por reproduzido e que fica em anexo (**Anexo 3**).

Considerando que:

- a) Compete a esta Câmara Municipal discutir e preparar propostas de acordos de execução, a celebrar com as juntas de freguesia;
- b) Os acordos de execução devem prever os recursos necessários e suficientes ao exercício das competências legalmente delegadas;
- c) O acordo de execução prevê expressamente os recursos humanos e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências legalmente delegadas.
- d) Em algumas das competências delegadas, de forma parcial ou global, é indispensável a gestão direta pela Câmara Municipal, em função da sua natureza estruturante e da execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do concelho.

- e) A concretização das competências em causa deve ajustar-se à estruturação interna de cada junta de freguesia e ao reconhecimento da efetiva capacidade de resposta de que disponha para o cumprimento das tarefas inerentes a cada uma das competências.
- f) A avaliação dos resultados que vierem a ser alcançados e a experiência que entretanto for adquirida por cada junta de freguesia contribuirão para a ampliação das respetivas áreas de intervenção.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea m) e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea k), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Aprovar a proposta de Acordo de Execução, que se dá por reproduzida; e
- b) Solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a sua celebração.

Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação à data da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2014.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:40 horas às 12:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3 - REQ. N. 3224/09, DATADO DE 10/12/2009 – PC N.º 269/09, DATADO DE 10/12/2009 – ROGÉRIO PAULO FERREIRA REIS

127 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 3224/09, datado de 2009/12/10, constante do processo camarário n.º 269/09, a solicitar o **pedido de licenciamento da obra de “Construção de edifício destinado a estabelecimento comercial/prestação de serviços e anexo”**, no prédio urbano sito na Rua dos Vidreiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.103 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.578 da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, apresentado por **ROGÉRIO PAULO FERREIRA REIS**, portador do NIF 121828689, residente em Rua Casal D' Anja, n.º 27, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2014/01/15 e de 2014/01/22, relativos ao projeto de arquitetura apresentado e ao alinhamento do passeio e gare de estacionamento, respetivamente.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de edifício destinado a estabelecimento comercial/prestação de serviços e anexo”, no prédio urbano sito na Rua dos Vidreiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.103 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.578 da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o processo camarário n.º 269/09, com data de entrada em 2009/12/10, apresentado por ROGÉRIO PAULO FERREIRA REIS, portador do NIF 121828689, residente em Rua Casal D' Anja, n.º 27, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.
2. Apresentação, em igual período, de Planta de Implantação contendo a execução de passeio e gare de estacionamento, nas seguintes condições:
 - a) Devido à impossibilidade da continuidade da gare de estacionamento para nascente, o passeio deverá contornar o estacionamento a nascente rematando no lancil contíguo à rua, de modo a possibilitar futuramente a continuidade do passeio.
 - b) Para haver continuidade do passeio deverá ser reduzido o comprimento de estacionamento proposto, para a apenas um lugar.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 2056/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 7/12, DATADO DE 06/01/2012 – CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO

128 - Presente processo n.º 7/12 referente a pedido de licenciamento da **construção de uma moradia e muro de vedação**, no prédio com 860 m2, sito na Rua dos Coelhoos, lugar de Marinha Pequena, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.651 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.956, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO**, com o NIF 137455534, residente na Rua Alves Redol, n.º 13 r/c esquerdo, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2012/03/05 e de 2014/02/03 que atestam encontrar-se o processo, em condições de ser deferido.

Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 26/12 e n.º 2056/13, datados de 2012/01/06 e de 2013/12/16, respetivamente, processo n.º 07/12, a solicitar o licenciamento de obra de construção de uma moradia, no prédio com 860 m2, sito na Rua dos Coelhoos, lugar de Marinha Pequena, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.651 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.956, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO, com o NIF 137455534, residente na Rua Alves Redol, n.º 13 r/c esquerdo, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos datados de 2012/03/05 e de 2014/02/03, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:

- a) Peça escrita cuja descrição do equipamento de utilização da instalação sanitária acessível corrobore o conteúdo representado nas peças gráficas;
- b) Peça gráfica e escrita referente aos muros de vedação entre extremas que garantam, na parte confinante com a via pública, numa extensão de 1,50 m a contar do limite do espaço público, uma altura de 0,80 m podendo ser encimados com elementos gradeados, ou sebes vivas com o máximo de 0,70 m, nos termos descritos na alínea ii) do n.º 3 do artigo 5º do RMEUMMG em vigor;
- c) Ficha de Segurança Contra Incêndio devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;
- d) Esquema de chaminé de ventilação e exaustão de fumos e gases de combustão;
- e) Projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

2- A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto;

3- Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.1559/13, DATADO DE 27/09/2013 - PC N.º238/11, DATADO DE 30/06/2011 –
ANTÓNIO MIGUEL COELHO

129 - Presente processo n.º 238/11 referente ao **licenciamento da obra de construção de uma moradia e muro de vedação**, no prédio com 630 m², sito na Rua Principal, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19236-P, apresentado por **ANTONIO MIGUEL COELHO**, com o NIF110201361, residente em Rua Quinta da Areia, n.º 54, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente pareceres técnicos, datados de 2012/05/24, 2012/08/22 e 2014/02/12, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido com condicionalismos.

Presente igualmente autorização de utilização dos Recursos Hídricos n.º 2013-0084.

Após análise do pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muro de vedação, no prédio sito na Rua Principal, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19236-P, com o n.º de processo 238/11, apresentado por **ANTONIO MIGUEL COELHO**, com o NIF110201361, residente em Rua Quinta da Areia, n.º 54, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos de 2012/05/24, 2012/08/22 e 2014/02/12, a Câmara Municipal delibera **APROVAR** o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

1— Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:

a) Planta de implantação, à escala 1/200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20 metros a contar dos limites do prédio, com indicação das dimensões e área do terreno (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, cotados em relação às extremas e inscrição de infraestruturas de saneamento doméstico;

b) Plantas à escala 1/50 ou 1/100, contendo a cotagem de todos os seus compartimentos;

c) Localização da recolha de águas residuais na planta de implantação e definição na memória descritiva;

d) Plano de acessibilidades da presente proposta de edificação, que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 163/06, de 8 de Agosto e artigo 56º do RMEUMMG;

e) Peças gráficas e escritas retificativas, em conformidade com o conteúdo da planta de implantação apresentada pelo requerimento n.º 1559/13 com registo em 27/09/2013, nomeadamente, em resultado das alterações ao muro de vedação;

f) As peças gráficas representativas do muro de vedação devem observar a orientação contida na alínea ii) n.º 3 artigo 5º do RMEUMMG, pelo que o muro entre extremas, na parte confinante com a via pública, numa extensão de 1,50 m a contar do limite do espaço público deve garantir uma altura de 0,80 m, podendo ser encimados com elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70 m;

g) Projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

2- A instalação do recetáculo postal domiciliário que deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

3- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

4- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

O registo da deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.1772/13, DATADO DE 31/10/2013 - PC N.302/11, DATADO DE 04/08/2011 – ANTÓNIO BATISTA VALENTE

130 - Presente pedido com o registo n.º 1772/13, datado de 31/10/2013, relativo a **legalização de alteração e ampliação de habitação e anexos**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1140 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 99, 276 e 585 e na matriz predial rústica sob o artigo 2102, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 302/11, com data de entrada de 04/08/2011, apresentado por **António Batista Valente**, com o NIF 139 192 816, residente na rua 1ª de Dezembro, n.º 26, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presentes processos antecedentes aprovados pela Câmara Municipal de Alcobaça, com os números 303/65, 332/66, 1480/66 e 639/75, relativos à construção, respetivamente, de habitação, de um barracão, de um depósito de águas pluviais e de alteração de uma habitação em barracão.

Presente informação técnica, datada de 13/02/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido, com condicionalismos;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alteração e ampliação de habitação e anexos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1140 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 99, 276 e 585 e na matriz predial rústica sob o artigo 2102, da freguesia da Moita e

concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 302/11, com data de entrada de 04/08/2011, apresentado por António Batista Valente, com o NIF 139 192 816, residente na rua 1ª de Dezembro, n.º 26, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1 - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEU).

Delibera, igualmente, informar que a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do RMEU.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 51/14, DATADO DE 14/01/2014 – PC N.º 157/13, DATADO DE 22/05/2013 – VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA e MAGDA ALEXANDRA FELICIANO ROCHA

131 - Presente processo n.º 157/13, referente ao licenciamento de obras de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua da Aventura n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, nos prédios com 128,00 m2 e 11.841,00 m2, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.389 e n.º 10.685 e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.435 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.313, respetivamente, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA e por MAGDA ALEXANDRA FELICIANO ROCHA, com o NIF 187144710 e NIF 253479568, respetivamente, residentes na Rua da Aventura, n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente projeto alterado apresentado pelo requerimento n.º 51/14, em 2014/01/14, em sede de audiência prévia.

Presente informação técnica, datada de 2014/02/05, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a ser aprovado com condicionalismos.

Após análise do pedido de ao licenciamento de obras de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua da Aventura n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, erigida nos prédios com 128,00 m2 e 11.841,00 m2, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.389 e n.º 10.685 e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.435 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.313, respetivamente, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA e por MAGDA ALEXANDRA FELICIANO ROCHA, com o NIF 187144710 e NIF 253479568, respetivamente, residentes na Rua da Aventura, n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2014/02/05, a Câmara Municipal delibera:

APROVAR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:

- a) Demonstração do licenciamento da obra de construção do muro de vedação periférica ao conjunto de prédios pertença das interessadas, constante no levantamento topográfico e na planta de implantação, devendo para o efeito ser indicado o número do processo camarário existente relativo ao licenciamento do muro de vedação, bem como outros elementos que possibilitem a sua referência por parte dos serviços municipais, nos termos descritos na alínea a) do artigo 64.º do RMEUMMG em vigor;
- b) Projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

2- A instalação do recetáculo postal domiciliário que deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98;

3- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 115/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 415/13, DATADO DE 30/10/2013 – VITOR MANUEL LOURENÇO

132 - Presente requerimento n.º 115/14, datado de 2014/01/24, constante do processo camarário n.º 415/13, subscrito por VITOR MANUEL LOURENÇO, com o NIF 155304259, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de *“Anexo de apoio à moradia, arrumos e salão de lazer”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2247 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3461 da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/01/29, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de construção de *“Anexo de apoio à moradia, arrumos e salão de lazer”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2247 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3461, da referida freguesia de Vieira de Leiria, com o número de processo 415/13, com data de entrada em 2013/10/30, apresentado por VITOR MANUEL LOURENÇO, com o NIF n.º 155304259, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de

Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 114/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 267/09, DATADO DE 04/12/2009 – LUIS MANUEL ABREU PARREIRA

133 - Presente requerimento n.º 114/14, datado de 2014/01/24, constante do processo camarário n.º 267/09, subscrito por LUÍS MANUEL ABREU PARREIRA, com o NIF 119200163, com residência na Rua Gente da Vieira, n.º 20, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar e barracão”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Gente da Vieira, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.136 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.312, da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/01/28, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar e barracão”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Gente da Vieira, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2136 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4312, da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 267/09, com data de entrada em 2009/12/04, apresentado por LUÍS MANUEL ABREU PARREIRA, com o NIF n.º 119200163, com residência na Rua Litoral Oeste, n.º 20, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30

de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação de peça(s) gráfica(s) representativa(s) da alteração do material proposto para a cobertura do “*barracão*” a legalizar, pressupondo a utilização de telha cerâmica igual à utilizada na edificação principal (telha cerâmica do tipo “*Lusa*” de aba e canudo).
2. Execução de todos os trabalhos que tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
3. Em futura intervenção a levar a efeito no arruamento, sendo necessário o recuo da frente da edificação confinante com a Rua Gente da Vieira, o proprietário fica comprometido, sem qualquer tipo de ónus, à concordância do alinhamento que vier a ser definido, conforme consta da respetiva declaração anexa ao processo.
4. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 107/14, DATADO DE 24/01/2014 – PC N.º 193/12, DATADO DE 11/07/2012 – FERNANDO RODRIGUES TOMÉ

134 - Presente pedido com o registo n.º 107/14, datado de 24/01/2014 a que respeita o licenciamento da legalização de **alteração e ampliação de um edifício de habitação unifamiliar** no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7752 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5602-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 193/12, com data de entrada de 11/07/2012, apresentado por **FERNANDO RODRIGUES TOME**, com o NIF 177 883 715, residente na rua José Moreira, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 31/10/2013;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação

dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 4/02/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 6/02/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser **deferido**.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alteração e ampliação de um edifício de habitação unifamiliar no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7752 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5602-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 193/12, com data de entrada de 11/07/2012, apresentado por FERNANDO RODRIGUES TOMÉ, com o NIF 177 883 715, residente na rua José Moreira, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE.

2 - Até 5 dias antes do início dos trabalhos, deverá informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento, nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 167/14, DATADO DE 03/02/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.

135 - Presente pedido com o registo n.º 167/14, datado de 3/02/2014 relativo à apresentação dos **projetos de especialidade** do processo referente à **legalização de alterações efetuadas no conjunto edificado de uma indústria**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 432/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por

BOLLINGHAUS STEEL S.A., com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 12/12/2013;

Presentes projetos das especialidades, apresentados em condições de serem aceites, com condicionalismos.

Presente informação técnica, datada de 17/02/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido com condicionalismos.

Após a análise do pedido, assim como dos condicionalismos expressos na informação técnica que o acompanha, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações efetuadas no conjunto edificado de uma indústria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 432/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL S.A.**, com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1.- A requerente deverá suportar os custos inerentes à execução das obras necessárias à ligação das águas pluviais à rede pública existente, nos termos a definir pelos serviços municipais, de acordo com o n.º 1 do artigo 25º do RJUE.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- a) Antes de requerer a emissão do respetivo alvará, o que deverá ocorrer no prazo de um ano a contar da notificação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, deve celebrar com a câmara municipal contrato relativo ao cumprimento do condicionalismo expresso na presente deliberação e prestar caução adequada à sua execução, nos termos do n.º 3 do artigo 25º do mesmo diploma legal;
- b) Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- c) Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

**12 - REQ. N. 139/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 129/13, DATADO DE 06/05/2013
– MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**

136 - Presente pedido com o registo n.º 139/14, datado de 29/01/2014, relativo ao **projeto de especialidade** do processo de licenciamento da **demolição de um edifício existente e construção de um parque de estacionamento**, a executar no prédio sito na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 122, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.220 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.499, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 129/13, com data de entrada de 6/05/2013, apresentado por **MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**, com o NIPC 502 011 475, com sede na Rua João Mendonça, n.º 505, freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 14/11/2013;

Presente projeto da especialidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 6/02/2014, que atesta encontrar-se o projeto de especialidade apresentado em condições de ser aceite.

Presente informação técnica, datada de 7/02/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a demolição de um edifício existente e construção de um parque de estacionamento, a executar no prédio sito na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 122, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16220 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3499, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 129/13, com data de entrada de 6/05/2013, apresentado por **MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**, com o NIPC 502 011 475, com sede na Rua João Mendonça, n.º 505, freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 193/14, DATADO DE 07/02/2014 – PC N.º 38/14, DATADO DE 07/02/2014 – CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. e PT COMUNICAÇÕES, S.A.

137 - Presente pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração realizadas no edifício de habitação, comércio e/ou serviço, sito na Av. Vítor Gallo, s/n.º, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7861, e pedido de alteração de uso de um dos espaços destinados a comércio e/ou serviços passando a destinar-se a armazém, apresentado por CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A., NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, Lisboa, e por PT COMUNICAÇÕES, S.A., com NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, município de Lisboa.

Presente parecer técnico, datado de 2014/02/10, que atesta encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido com condicionalismo.

Após a análise do pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração realizadas no edifício de habitação, comércio e/ou serviço, sito na Av. Vítor Gallo, s/n.º, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7861, e pedido de alteração de uso de um dos espaços destinados a comércio e/ou serviços passando a destinar-se a armazém, apresentado por CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A., NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, Lisboa, e por PT COMUNICAÇÕES, S.A., com NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, município de Lisboa, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, DEFERIR os mesmos tendo por condicionalismo:

- A apresentação de ficha de segurança contra incêndio, devidamente preenchida para utilização de armazém, nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N.164/14, DATADO DE 31/01/2014 - PC N.123/13, DATADO DE 29/04/2013 –
ARMINDO NUNES MESQUITA**

138 - Presente pedido com o registo n.º 164/14, datado de 31/01/2014 relativo a apresentação de projetos de especialidade no âmbito do processo de licenciamento e **legalização de um estabelecimento de restauração e bebidas**, sito na rua da Estação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1276 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 472, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 123/13, com data de entrada de 29/04/2013, apresentado por **Armindo Nunes Mesquita**, com o NIF/NIPC 105 307 734, residente na rua da Estação, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 28/06/2013.

Presente projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 14/02/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de um estabelecimento de restauração e bebidas**, sito na rua da Estação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1276 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 472, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 123/13, com data de entrada de 29/04/2013, apresentado por **Armindo Nunes Mesquita**, com o NIF 105 307 734, residente na rua da Estação, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 28/06/2013.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.132/14, DATADO DE 28/01/2014 - PC N.199/13, DATADO DE 03/07/2013 - PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA

139 - Presente pedido com o registo n.º 132/14, datado de 28/01/2014 relativo a apresentação dos projetos de especialidade no âmbito do processo de **ampliação e legalização de um edifício destinado a indústria**, existente na rua Fernando José Alvarez Baridó, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2853 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9151, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 199/13, com data de entrada de 3/07/2013, apresentado por **Pedro Miguel Martins Malta**, com o NIF 182 180 433, residente na rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 13, Guarda Nova, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 14/08/2013;

Presente projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 17/02/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **ampliação e legalização de um edifício destinado a indústria**, existente na rua Fernando José Alvarez Baridó, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2853 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9151, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 199/13, com data de entrada de 3/07/2013, apresentado por **Pedro Miguel Martins**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Malta, com o NIF 182 180 433, residente na rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 13, Guarda Nova, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.234/14, DATADO DE 14/02/2014 - PC N.19/14, DATADO DE 21/01/2014 - MÁRIO FELISMINO GASPAR

140 - Presente pedido com o registo n.º 234/14, datado de 14/02/2014, relativo a licenciamento de edifício industrial, num terreno sito na rua da Indústria Metalúrgica, no lugar de Cumeiras, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6123 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10285, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 19/14, com data de entrada de 21/01/2014, apresentado por Mário Felismino Gaspar, com o NIF 105 262 676, residente na rua da Salgueira, n.º 23, Garcia, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 17/02/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de arquitetura e de especialidade apresentados em condições de serem deferidos.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento de edifício industrial, num terreno sito na rua da Indústria Metalúrgica, no lugar de Cumeiras, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6123 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10285, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 19/14, com data de entrada de 21/01/2014,

apresentado por Mário Felismino Gaspar, com o NIF 105 262 676, residente na rua da Salgueira, n.º 23, Garcia, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 2026/13, DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 394/13, DATADO DE 24/10/2013 – AGOSTINHO PEREIRA

141 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1720/13 e n.º 2026/13, datados de 2013/10/24 e 2013/12/11, respetivamente, processo n.º 394/13, a solicitar o **licenciamento da construção de um telheiro e de muro de vedação**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.399 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.760, da freguesia de Marinha grande, sito no lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **AGOSTINHO PEREIRA**, com o NIF 141242795, residente na Rua das Sorraipas, n.º 17, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datada de 2014/01/16, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento da construção de um telheiro e de um muro de vedação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.399 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.760, da freguesia de Marinha Grande, sito no lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o processo n.º 394/13, apresentado por **AGOSTINHO PEREIRA**, com o NIF 141242795, residente na Rua das Sorraipas, n.º 17, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2014/01/16, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de

AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 5, do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por ausência de infraestruturas junto do prédio, nomeadamente por ausência de arruamento.

Mais delibera informar que um eventual pedido de licenciamento de obra de construção de muro com as características descritas e representadas no presente pedido, constituirá pedido passível de aprovação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 852/13, DATADO DE 06/05/2013 – PC N.º 148/12, DATADO DE 22/05/2012 – JOSE DINIS PEREIRA

142 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 868/12, n.º 1370/12 e n.º 852/12, de 22/05/2012, 17/08/2012 e 05/06/2013, respetivamente, constantes do processo n.º 148/12, a solicitar o licenciamento de alterações da moradia (legalização), construção de anexo (legalização) e construção de um muro (legalização), no prédio com 373 m2, sito na sito na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.951 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12.101, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por JOSE DINIS PEREIRA, com o NIF 127932178, residente na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4 - r/c, lugar de Ordem, em Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2014/01/20 que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento de alterações da moradia (legalização), de construção de anexo (legalização) e construção de um muro (legalização), no prédio com 373 m2, sito na sito na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.951 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12.101, da referida freguesia de Marinha Grande, com processo n.º 148/12, apresentado por JOSE DINIS PEREIRA, com o NIF 127932178, residente na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4 - r/c, lugar de Ordem, em Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/01/20, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da

Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura violar as seguintes regras legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

- 1- O anexo aliado à moradia licenciada pelo PC n.º 654/1998, apresentar cerca de 1,01 de índice bruto de construção, excedendo largamente o índice bruto de construção de 0,6, previsto no n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG para o local;**
- 2- Prever a utilização de telha de *Lusalite* na cobertura, telha que contém fibras de amianto, substância proibida pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva n.º 1999/77/CE de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação e da utilização de algumas substâncias perigosas.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º8/14, DATADO DE 22/01/2014 - PC N.º22/14, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS

143 - Presente requerimento n.º 98/14, datado de 2014/01/22, constante do processo camarário n.º 22/14, subscrito por **RODRIGO ALVES LAVOS**, com o NIF n.º 125683120, residente na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de habitação, comércio e anexo”* existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19774 da referida freguesia de Marinha Grande. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/02/04, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de habitação, comércio e anexo”* existentes, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19774 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 22/14, com data de entrada em 2014/01/22, apresentado por RODRIGO ALVES LAVOS, com o NIF n.º 125683120, residente na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/02/12, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o projeto de arquitetura violar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, as seguintes regras legais e regulamentares aplicáveis:

1. O Regulamento Geral das Edificações Urbanas – alínea *d)* do n.º 1 do art. 69.º, relativamente às dimensões propostas para o espaço destinado a cozinha/copa, visto o seu comprimento exceder o dobro da sua largura, bem como o n.º 1 do art. 71.º, relativamente à área mínima a observar em termos de iluminação e ventilação desse mesmo espaço, devendo o seu vão apresentar uma área não inferior a um décimo da área do compartimento.
2. O Decreto-Lei n.º 163/06, de 08/08, relativo às condições a observar em projeto e na construção, em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nomeadamente o ponto 3.3.4 da Secção 3.3 do Capítulo 3 das Normas Técnicas do referido diploma, no que respeita às condições a observar na nova instalação sanitária a licenciar, devendo ser equipada com pelo menos um lavatório, uma sanita, um bidé e uma banheira, podendo em alternativa à banheira, ser instalado uma base de duche com 0,8m por 0,8m desde que fique garantido o espaço para eventual instalação da banheira, bem como a falta da indicação do designado percurso acessível a que se encontra sujeita a habitação alterada.
3. Artigos 1415.º e 1421.º do Código Civil, ao não indicar a delimitação das frações autónomas a constituir, os seus acessos e zonas ou áreas de uso exclusivo de cada uma (caso existam), bem como as respetivas partes comuns que lhe ficarão afetas, nos termos previstos na alínea *b)* do n.º 4.º do art. 65.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1917/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 378/13, DATADO DE 14/10/2013 – JOSÉ SANTOS CRUZ

144 - Presentes requerimentos com registo de entrada n.º 1653/13 e n.º 1917/13, datados de 2013/10/14 e 2013/11/26, respetivamente, no âmbito do processo n.º 378/13, a solicitar o licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia sita na Rua da Olaria, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentados por JOSÉ SANTOS CRUZ, com o NIF 161 612 288, residente na Rua da Olaria, n.º 47, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 2013/12/05, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia sita na Rua da Olaria, lugar das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por JOSÉ SANTOS CRUZ, com o NIF 161612288, residente na Rua da Olaria, n.º 47, lugar das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2013/12/05, bem, e uma vez que o interessado, depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, nada alegou, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e

pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura violar, as seguintes regras legais e regulamentares aplicáveis:

1- Artigo 5.º n.º 10 do Regulamento do PDMMG, por exceder o índice bruto de construção admissível para o terreno situado no Aglomerado Urbano da Trutas, em espaço urbanizável, de 0,25.

2- Artigo 3.º n.º 2 e n.º 3 do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, por as alterações propostas para a instalação sanitária, parte delas decorrentes da redução da área do compartimento em cerca de 1,50 m2, originarem e agravarem a desconformidade com normas técnicas de acessibilidade aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 96/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 1/13, DATADO DE 04/01/2013 – ISABEL MARIA MARQUES LEMOS

145 - Presente requerimento n.º 96/14, datado de 2014/01/22, constante do processo camarário n.º 1/13, subscrito por Isabel Maria Marques Lemos, com o NIF 151 698 643, com residência na Rua Adolfo Leitão, n.º 23, r/c, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a realização da obra de *“Alteração e ampliação de um edifício”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.665 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.760.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/01/03.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento referente à obra de *“Alteração e ampliação de um edifício existente”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.665 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 4.760, apresentado por Isabel Maria Marques Lemos, com o NIF 151 698 643, residente em Rua Adolfo Leitão, n.º 23, r/c, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, *por a obra ser suscetível de manifestamente afetar a “(...) estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens, designadamente em resultado da desconformidade com as cêrceas dominantes, a volumetria das edificações (...)”, dado a solução apresentada para a cobertura da edificação a ampliar, contribuir para elevar significativamente a sua altura, desenquadrando-o com o edifício que lhe está adjacente, a nascente.*

Mais delibera informar o requerente, que a solução apresentada em sede de audiência prévia, para a cobertura da edificação a alterar, composta por três águas, em telha cerâmica e com a uma inclinação idêntica à da cobertura do edifício adjacente, em nada se enquadra com o tipo de cobertura e solução referidas na anterior deliberação camarária datada de 2013/10/31, não permitindo assim a redução da altura da edificação que contribua para o seu correto enquadramento entre os edifícios que lhe estão adjacentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - REQ. N. 1149/13, DATADO DE 24/07/2013 – PC N.º 239/13, DATADO DE 24/07/2013
– MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS FERREIRA MARQUES**

146 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º1149/13, datado de 24/07/2013, referente ao processo n.º239/13, datado de 24/07/2013, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela incidente sobre o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.116e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.736, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS FERREIRA MARQUES, com o NIF 144 432 714, residente na Rua de angola, n.º 86-a, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 02/10/2013, que atesta que o pedido, não se encontra apto a ser aprovado.

Presente deliberação camarária tomada na reunião de 31/10/2013, a determinar conceder à requerente um prazo de 15 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de indeferir o pedido de emissão de certidão de destaque da parcela, notificada através do nosso ofício n.º 1148/13, datado de 04/11/2013 e rececionado em 07/11/2013.

Presente informação técnica datada de 03/02/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de indeferir o pedido de emissão de certidão de destaque da parcela.

Após análise do pedido de emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, incidente sobre o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.116e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.736, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por MARIA GRACIETE LEAL GOMES MATOS FERREIRA MARQUES, com o NIF 144 432 714, residente na Rua de angola, n.º 86-a, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica de 02/10/2013, e uma vez que a interessada, depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, nada alegou, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão, em virtude da operação urbanística pretendida, não garantir o cumprimento do disposto no n.º 8 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, dado se verificar a violação de normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Alvará de Loteamento n.º 4/1980, ao pretender com a referida operação de destaque, a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

criação de parcelas de terreno em sobreposição a lotes de terreno constituídos através do referido alvará de loteamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 381/13, DATADO DE 12/03/2013 – PC N.º 90/11, DATADO DE 17/03/2011 – SIMÕES SILVA & FILHOS, LDA

147 - Presente requerimento n.º 381/13, datado de 2013/03/12, constante do processo camarário n.º 90/11, subscrito por **Simões Silva & Filhos, Lda.**, com o NIPC 502041480, com sede na Rua dos Vasos, Lote 5, Cruz da Areia, 2410-064 Leiria, freguesia de Leiria, a solicitar o licenciamento da obra de *“Construção de um edifício de habitação e muros”*, incidente sobre um prédio rústico sito em Rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.565 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 906, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2013/10/31, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente informação técnica datada de 2014/02/11, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analisada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento referente à obra de *“Construção de um edifício de habitação e muros”*, incidente sobre um prédio rústico sito em Rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 906, da referida freguesia de Marinha Grande apresentado por Simões Silva & Filhos, Lda., NIF n.º 502041480, com sede na Rua dos Vasos, Lote 5, Cruz da Areia, 2410-064 Leiria, freguesia de Leiria, nos termos do disposto na alínea *b)* do n.º 2 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, adiante RJUE, designadamente por *“(…) A operação urbanística constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incompatível para as infra- estruturas ou serviços gerais existentes, ou implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água, de energia elétrica ou de saneamento.(…)*”, face à ausência de infraestrutura pública de drenagem de águas residuais pluviais e à não previsão da requalificação viária da Rua

das Cavadinhas, no troço compreendido entre o limite da propriedade a noroeste e a Rua dos Poços, conforme condicionalismo expresso no ponto 2 da Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24 de Junho de 2010, no âmbito do Pedido de Informação Prévia n.º 577-09, antecedente ao presente pedido de licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1430/12, DATADO DE 29/08/2012 – PC N.º 66/11, DATADO DE 01/03/2011 – MARIA SAMEIRO FERNANDES GONÇALVES

148 - Presente requerimento n.º 1430/12, datado de 2012/08/29, constante do processo camarário n.º 66/11, subscrito por **Maria Sameiro Fernandes Gonçalves**, com residência na Estrada de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da legalização da alteração e ampliação de edificação existente, composta por habitação e estabelecimento comercial, bem como o licenciamento da ampliação de todo o conjunto, tendo em vista a criação de um estabelecimento destinado a “*Alojamento Local*”, sito no lugar de Guarda Nova, freguesia de Marinha Grande, incidente sobre os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 10.299, 7.279 e 387, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 4.883, 4.886 e 13.828, respetivamente.

Presente informação técnica datada de 2014/02/11, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento referente à legalização da alteração e ampliação de edificação existente, composta por habitação e estabelecimento comercial, bem como o licenciamento da ampliação de todo o conjunto, tendo em vista a criação de um estabelecimento destinado a “*Alojamento Local*”, sito no lugar de Guarda Nova, freguesia de Marinha Grande, incidente sobre os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 10.299, 7.279 e 387, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 4.883, 4.886 e 13.828, respetivamente, apresentado por Maria Sameiro Fernandes Gonçalves, NIF n.º 177192747, com residência na Estrada de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 8 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, ao não garantir o Índice de Construção Bruto aplicável, dado a área total de construção da edificação (área licenciada acrescida da área a legalizar/ampliar: 1250,00m²) exceder a

área máxima permitida para o(s) prédio(s) em causa (área máxima permitida. 612,64m2)..

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 91/04, DATADO DE 30/01/2004 – PC N.º 1628/13, DATADO DE 10/10/2013 – VECOGEST, LDA

149 - Presente requerimento apresentado por Vecogest, Lda, com o NIPC 505668254, com sede em Estrada da Base Aérea 5, n.º 1398, lugar de Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, com registo de entrada n.º 1628/13, datado de 09/10/2013, constante do processo camarário n.º 91/04, a solicitar a devolução do valor da taxa referente à emissão do alvará de licença de construção, respeitante ao pedido de “licenciamento da obra de construção de edifício habitacional, garagens e muros”, no prédio sito em Picassinos, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11930, em virtude da situação de crise económica não lhe permitir executar a construção licenciada.

Presente alvará de licença de construção n.º 29/12, emitido em 28/06/2013, válido até 27/06/2014, em nome de Quinta das Nespereiras – Actividade Imobiliária e Construções, Lda, com o NIPC 503958182, com sede na Rua Luis de Camões, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 2013/11/29, que refere que o pedido apresentado não pode ser atendido.

A Câmara Municipal analisou o pedido, com registo de entrada n.º 1628/13, datado de 10/10/2013, apresentado por Vecogest, Lda, para devolução das taxas pagas pela emissão do alvará de licença de construção com o n.º 29/12 e considerando que:

- Em 16/12/2013, a requerente foi notificada, em sede de audiência prévia, do projeto de indeferimento daquele pedido e decorrido o prazo para o efeito, nada alegou.
- No referido projeto eram indicadas as razões de facto e de direito que obstem à satisfação da sua pretensão;
- As taxas cobradas pela concessão da licença e emissão do respetivo alvará de licença de construção são a contrapartida dos serviços burocráticos prestados pela Câmara Municipal, nomeadamente pela emissão do alvará, bem como pelo levantamento do obstáculo jurídico ao exercício do direito de construir;
- Os motivos alegados pela requerente, nomeadamente de que não irá proceder à execução da obra licenciada, não têm qualquer efeito sobre o ato de licenciamento, nomeadamente a sua eliminação da ordem jurídica;

A Câmara Municipal delibera indeferir o pedido apresentado por Vecogest, Lda, com o NIPC 505668254, com sede em Estrada da Base Aérea 5, n.º 1398, lugar de Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, com registo de entrada n.º 1628/13, datado de 10/10/2013, constante do processo camarário n.º 91/04, a solicitar a devolução do

valor da taxa pago pela emissão do alvará de licença de construção, respeitante ao pedido de “licenciamento da obra de construção de edifício habitacional, garagens e muros”, no prédio sito em Picassinos, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11930, em virtude dos motivos indicados – crise económica impeditiva de novos investimentos – não permitirem que as taxas cobradas sejam devolvidas na medida em que as mesmas são a contraprestação de um serviço público efetivamente prestado e a contrapartida da remoção de um obstáculo jurídico ao exercício do direito de construir da requerente - artigo 3.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro que aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 137/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 358/11, DATADO DE 20/09/2011 – IRENO DOS SANTOS e RUI ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS

150 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 137/14 de 28/01/2014, apresentado por **IRENO DOS SANTOS**, com o NIF 127218327, com residência em Rua Vila Real de Santo António, n.º 50, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício (**oficina de manutenção e reparação automóvel**), cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 358/11, e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 41/13, emitido em 04/10/2013.

Presente parecer técnico datado 03/02/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, na redação atual.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Vila Real de Santo António, n.º 50, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Ireno dos Santos, com o NIF 127218327, com residência em Rua Vila Real de Santo António, n.º 50, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, e de Rui Alberto de Oliveira Santos, com o NIF 128 5000 301, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Sapateiro

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N. 1190/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 697/00, DATADO DE 28/06/2000 – OCEANO AZUL – CONSTRUÇÕES, LDA.

151 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1190/13 de 04/12/2013, apresentado por **OCEANO AZUL – CONSTRUÇÕES, LDA.**, com o NIPC 504962612, com sede em Rua Principal, n.º 907, lugar de Moinhos de Carvide, freguesia de Carvide e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício (bloco habitacional), cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 697/00, e correspondente à 5.ª fase titulada pelo alvará de licença obras de construção n.º 99/04, emitido em 28/07/2004.

Presente parecer técnico datado 05/02/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, tendo em conta o teor do parecer dos serviços de fiscalização datado de 22/01/2014.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Dr. António Luís Gomes, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Oceano Azul – Construções, Lda., com o NIPC 504962612, com sede em Rua Principal, n.º 907, lugar de Moinhos de Carvide, freguesia de Carvide e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - REQ. N. 1191/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 697/00, DATADO DE 28/06/2000 – OCEANO AZUL – CONSTRUÇÕES, LDA.

152 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1191/13 de 04/12/2013, apresentado por **OCEANO AZUL – CONSTRUÇÕES, LDA.**, com o NIPC 504962612, com sede em Rua Principal, n.º 907, lugar de Moinhos de Carvide, freguesia de Carvide e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício (bloco habitacional), cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 697/00, e correspondente à 6.ª fase titulada pelo alvará de licença obras de construção n.º 100/04, emitido em 28/07/2004.

Presente parecer técnico datado 05/02/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, tendo em conta o teor do parecer dos serviços de fiscalização datado de 22/01/2014.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Dr. António Luís Gomes, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Oceano Azul – Construções, Lda., com o NIPC 504962612, com sede em Rua Principal, n.º 907, lugar de Moinhos de Carvide, freguesia de Carvide e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQ. N. 100/14, DATADO DE 22/01/2014 – PC N.º 73/07, DATADO DE 30/01/2007
– CORDEIRO, SILVA & CORDEIRO, LDA.

153 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 100/14 de 22/01/2014, apresentado por **CORDEIRO, SILVA & CORDEIRO, LDA.**, com o NICP 507290852, com sede em Avenida Vítor Gallo, n.º 108, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício (**construção de moradia bifamiliar**), cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 73/07, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 249/08, emitido em 24/11/2008 e alvará de obras de alterações n.º 21/12, emitido em 17/04/2012.

Presente parecer técnico datado 17/02/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Indústria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de **CORDEIRO, SILVA & CORDEIRO, LDA.**, com o NICP 507290852, com sede em Avenida Vítor Gallo, n.º 108, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

2) Membros suplentes

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**30 - REQ. N. 214/14, DATADO DE 12/02/2014 – PC N.º 65/2014, DATADO DE 12/02/2014
– HENRIQUE CARVALHO MOTA**

154 - Presente requerimento registado sob o n.º 214/14, datado de 12/02/2014, apresentado por HENRIQUE CARVALHO MOTA, com o NIF 119201178, residente em Rua das Fontainhas, n.º 21-A, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao seu imóvel, face à alegada existência de escorrências provenientes da habitação confinante, que conduzem à existência de riscos de segurança e salubridade.

Presente parecer dos serviços, datado de 12/02/2014, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 12/02/2014, a Câmara Municipal delibera: Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua das Fontainhas, n.º 21-A, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Henrique Carvalho Mora, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 06/03/2014, pelas 9h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

1) Membros efetivos:

Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

- 2) **Membros suplentes:**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

Informar que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, o proprietário do imóvel poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REQ. N. 175/14, DATADO DE 03/02/2014 – PC N.º 40/2004 , DATADO DE 29/01/2014 – MARIA TERESA CARDOSO LEITÃO PORTELA

155 - Presente requerimento registado sob o n.º 175/14, datado de 03/02/2014, apresentado por MARIA TERESA CARDOSO LEITÃO PORTELA, com o NIF 160297729, residente em Rua da Juventude, n.º 56, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatário, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade, elencando um conjunto de deficiências que entende existirem.
Presente parecer dos serviços, datado de 12/02/2014, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 12/02/2014, a Câmara Municipal delibera:
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua da Juventude, n.º 56, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de herdeiros de José Alves Junior, representado por Aida da Piedade Alves, portadora do NIF 121028410, residente em Rua da Linha, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.
DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 06/03/2014, pelas 10h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos:**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

- 2) **Membros suplentes:**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

Informar a requerente e a proprietária do imóvel que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, o proprietário do imóvel poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - REQ. N. 1987/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 471/2013, DATADO DE 04/12/2013 – ALBERTINA RIBEIRO CRAVEIRO DA CRUZ

156 - Presente requerimento registado sob o n.º 1987/13, datado de 04/12/2013, em apreço, apresentado por ALBERTINA RIBEIRO CRAVEIRO CRUZ, com o NIF 122814851, residente em Rua das Vergieiras, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatário, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade.

Presente parecer dos serviços, datado de 12/02/2014, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 12/02/2014, a Câmara Municipal delibera: Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua das Vergieiras, n.º 25, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade Lineu Jesus Marta, residente em Rua Francisco Tomás da Costa, n.º 20, 1.º, freguesia de Nossa Senhora de Fátima e concelho de Lisboa, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário. DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 06/03/2014, pelas 11h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos:**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

- 2) **Membros suplentes:**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

Informar a requerente e o proprietário do imóvel que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, o proprietário do imóvel poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**33 - REQ. N. 979/12, DATADO DE 11/06/2012 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 –
SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE**

157 - Presente processo de licenciamento de um estabelecimento de bebidas, no edifício sito na Avenida 1ª de Maio, n.º 3, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11.362 e omissa na Matriz, apresentado pela **Sociedade Columbófila Marinhense**, com o NIPC 501 489 363, com sede na Avenida 1ª de Maio, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 20/06/2012;

Presente informação técnica datada de 3/02/2014;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 3/02/2014, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

1- Considerando que a interessada, Sociedade Columbófila Marinhense, com o NIPC 501 489 363, com sede na Avenida 1ª de Maio, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitou, a 14/12/2011, o licenciamento de um estabelecimento de bebidas, no edifício sito na avenida 1ª de Maio, n.º 3, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11.362 e omissa na Matriz;

2- Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 20/06/2012;

3- Considerando que o requerente devia, nos termos expressos no n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 28/12/2012, o que não fez;

4- Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades no prazo referido, no antecedente número 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 28/06/2013, de acordo com o disposto no n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE 6- Considerando que nesta data já decorreram os

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

seis meses de suspensão, e por este facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do já citado n.º 6 do artigo 20.º do RJUE;

Delibera NOTIFICAR, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do CPA, a requerente, Sociedade Columbófila Marinhense, com o NIPC 501 489 363, com sede na avenida 1ª de Maio, n.º 3, para esta se pronunciar em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 20/06/2012, ato que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 462/11, para licenciamento de um estabelecimento de bebidas, no edifício sito na Avenida 1ª de Maio, n.º 3, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11.362 e omissa na Matriz, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por não ter entregue, no prazo de seis meses, os projetos de especialidade aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REQ. N. 1774/11, DATADO DE 01/09/2011 – PC N.º 304/08, DATADO DE 18/09/2008 – CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO

158 - O presente projeto de pedido de licenciamento refere-se à obra de **construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 304/08, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.638, apresentado por **Conceição de Jesus Ferreira Varalunga Rainho**, com o NIF n.º 166359807, residente na Rua do Lavrador, n.º 25, localidade de Amor, freguesia de Amor e concelho de Leiria.

Presente informação técnica datada de 03/02/2014, sobre o limite do prazo para requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 03/02/2014 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que a interessada, **Conceição de Jesus Ferreira Varalunga Rainho**, com o NIF n.º 166359807, residente na Rua do Lavrador, n.º 25, localidade de Amor, freguesia de Amor e concelho de Leiria foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de **construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 304/08, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.638, tomada em reunião camarária de 12/05/2010, através do ofício n.º 527/10, datado de 18/05/2010, rececionado a 24/05/2010;

- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 25/05/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE), e que este prazo foi automaticamente duplicado por aplicação do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 (regime excecional de extensão dos prazos);
- 3- Considerando que a interessada tinha até ao dia 25/05/2012 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 5- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 304/08, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.638, delibera, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, NOTIFICAR a requerente, Conceição de Jesus Ferreira Varalunga Rainho, com o NIF n.º 166359807, residente na Rua do Lavrador, n.º 25, localidade de Amor, Freguesia de Amor e Concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença, por não ter sido apresentado o requerimento para a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE duplicado por aplicação do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - REQ. N. 2460/09, DATADO DE 21/09/2009 – PC N.º 146/09, DATADO DE 26/06/2009 – RUI MANUEL VENDEIRINHO FRANCISCO

159 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de construção de um muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 146/09, a levar a efeito num prédio misto localizado na Rua João Fresco, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.874, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.707 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 6.753 e n.º 6.754, apresentado por Rui Manuel Vendeirinho

Francisco, com o NIF 169131050, residente na Rua de Angola, n.º 39, freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 11/02/2014, sobre o limite do prazo para requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 05/02/2014 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que o interessado, **Rui Manuel Vendeirinho Francisco**, com o NIF 169131050, residente na Rua de Angola, n.º 39, freguesia de Marinha Grande foi notificado da decisão final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de **construção de um muro de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 146/09, a levar a efeito num prédio misto localizado na Rua João Fresco, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.874, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.707 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 6.753 e n.º 6.754, tomada por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 03/08/2009, através do ofício n.º 1769/09, datado de 12/11/2009, rececionado a 19/11/2009;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta decisão o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 19/11/2010 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE), e que este prazo foi automaticamente duplicado por aplicação do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 (regime excecional de extensão dos prazos);

3- Considerando que o interessado tinha até ao dia 19/11/2011 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

5- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de um muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 146/09, a levar a efeito num prédio misto localizado na Rua João Fresco, lugar de Pedra de Baixo, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.874, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.707 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 6.753 e n.º 6.754, delibera, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

NOTIFICAR o requerente, Rui Manuel Vendeirinho Francisco, com o NIF n.º 169131050, residente na Rua de Angola, n.º 39, freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença, em virtude de não ter sido apresentado o requerimento para a emissão do respetivo alvará, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.

160 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 579/07, incidente sobre um prédio sito na Rua da Serraria, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, apresentado por Agostinho Cunha – Construções Civis, Lda., averbado para Banco Comercial Português, S.A., com o NIPC n.º 501525882, com sede na Praça D. João I, Porto, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 15/07/2010.

Presente parecer técnico datado de 31/01/2014, a informar que a licença concedida no âmbito do processo em causa está em condições de ser objeto de deliberação de caducidade por a requerente não ter concluído as obras dentro do prazo do alvará;

Considerando que:

- Por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, com competências sub-delegadas, datado de 12/06/2008, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia e muro de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua d Serraria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

- Em 17/06/2008 foi emitido o alvará de licença de construção n.º 142/08, válido até 10/09/2009, e objeto de prorrogação, ao abrigo dos n.º 5 e n.º 6 do artigo 58.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação- RJUE, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, bem como da duplicação do prazo prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, pelo que o prazo para execução da obra terminou em 07/05/2012;

- Considerando que o requerente veio declarar que, atualmente, a obra se encontra inacabada, solicitando, inclusivamente, licença para a respetiva conclusão;

- Considerando que por esse motivo a licença para realização da dita operação urbanística caducou – alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto- Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação- RJUE, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 março, que o republicou, e da Lei n.º 28/2010, de 02 de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

setembro, designadamente, por as obras em causa não terem sido concluídas dentro do prazo da licença;

- Considerando que a caducidade em apreço deve ser declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia da interessada – n.º 5 do artigo 71.º do RJUE;

- Considerando que, de acordo com o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, a audiência dos interessados pode ser dispensada quando “os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”, e que a sociedade requerente vem já solicitar a licença especial para conclusão da obra, logo, pressupondo que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que estão reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia.

A Câmara Municipal, reunidos que estão os pressupostos previstos na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro determina declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 578/07, cujo titular é Banco Comercial Português, S.A. com sede em Praça D. João I, n.º 28, na cidade do Porto, para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua da Serraria, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.177, em virtude da obra não ter sido concluída dentro do prazo do alvará n.º 142/08, cuja validade terminou em 07/05/2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REQ. N. 292/12, DATADO DE 15/02/2012 – PC N.º 19/09, DATADO DE 05/02/2009 – TRANSOGÁS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA

161 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo às **alterações a um posto de abastecimento de combustíveis e edifício de apoio existentes**, a que foi atribuído o número de processo 19/09, incidente sobre um prédio sito na E.N. n.º 242, km 9,894 - Embra, Freguesia de Marinha Grande, apresentado pela sociedade **Transogás – Sociedade de Transportes, Óleos e Combustíveis, Lda.**, com o NIPC n.º 500287090, com escritório na Zona Industrial da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 04/03/2010.

Presente informação técnica datada de 31/01/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 04/03/2010, foi deferido o pedido de licenciamento da obra de **Alterações a um Posto de Abastecimento de Combustíveis e Edifício de Apoio existentes**, incidente sobre um prédio sito na E.N. n.º 242, km 9,894 - Embra, Freguesia de Marinha Grande.

- A titular do processo de licenciamento nº 19/09, **Transogás – Sociedade de Transportes, Óleos e Combustíveis, Lda.**, com o NIPC 500287090, com escritório na Zona Industrial da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo nosso ofício nº 1285/13, datado de 02/12/2013, rececionado em 06/12/2013, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 27/12/2013;

- Durante este prazo a sociedade titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que a titular do processo nº 19/09, **Transogás – Sociedade de Transportes, Óleos e Combustíveis, Lda.**, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento referente à obra de **Alterações a um Posto de Abastecimento de Combustíveis e Edifício de Apoio existentes**, incidente sobre um prédio sito na E.N. n.º 242, km 9,894 - Embra, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REQ. N. 2375/11, DATADO DE 22/11/2011 – PC N.º 67/10, DATADO DE 06/04/2010 – SANTOS BAROSA VIDRO, S.A.

162 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de **construção de armazéns de produto acabado**, a que foi atribuído o número de processo 67/10, registado em 06/04/2010, incidente sobre um prédio sito na Rua do Corgo Norte, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 6.801, 4.025, 16.560, 15.292, 407, 6.278, 16.561, 16.510, 7.555 e 6.040, e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 12.876, 14.886, 4.539, 17.851 e 9.780, e na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2.580, 2.579, 2.581, 2.583, 2.582 e 10.054,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

respetivamente, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado pela sociedade **Santos Barosa – Vidros, S.A.**, com o NIPC n.º 500 241 104, com sede em Rua Santos Barosa, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, o qual foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 23/12/2010.

Presente informação técnica datada de 03/02/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 23/12/2010, foi deferido o pedido de licenciamento da obra de **construção de armazéns de produto acabado**, incidente sobre um prédio sito na Rua do Corgo Norte, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 6.801, 4.025, 16.560, 15.292, 407, 6.278, 16.561, 16.510, 7.555 e 6.040, e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 12.876, 14.886, 4.539, 17.851 e 9.780, e na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2.580, 2.579, 2.581, 2.583, 2.582 e 10.054, respetivamente, da referida freguesia de Marinha Grande;

- A titular do processo de licenciamento nº 67/10, sociedade **Santos Barosa – Vidros, S.A.**, com o NIPC n.º 500 241 104, com sede em Rua Santos Barosa, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo ofício nº 1141/13, datado de 04/11/2013, rececionado em 07/11/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo pedido de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 28/11/2013;

- Durante este prazo a titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, objeto de prorrogação por mais um ano, de acordo com o solicitado pela requerente e conforme despacho do Presidente da Câmara, datado de 02/12/2011, sem que a titular do processo nº 67/10, sociedade Santos Barosa – Vidros, S.A., tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, **DELIBERA DECLARAR A CADUCIDADE** do licenciamento referente à obra de construção de armazéns de produto acabado, incidente sobre um prédio sito na Rua do Corgo Norte, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - REQ. N. 425/12, DATADO DE 08/03/2012 – PC N.º 585/07, DATADO DE 26/09/2007 – CIDÁLIA DAS NEVES LUÍS

163 - Presente processo referente a pedido de **licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 585/07, registado em 26/09/2007, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fonte 25 de Abril, n.ºs 40 a 42, lugar de Moinho de Cima, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.620, apresentado por **Cidália das Neves Luís**, com o NIF 164934960, com residência na Travessa 1.º de Maio, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 06/09/2012.

Presente informação técnica datada de 11/02/2014, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 06/09/2012, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de **licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fonte 25 de Abril, n.ºs 40 a 42, lugar de Moinho de Cima, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.620.

- A titular do processo de licenciamento nº 585/07, Cidália das Neves Luís, com o NIF 164934960, com residência na Travessa 1.º de Maio, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo ofício nº 1352/13, datado de 13/12/2013, rececionado em 17/12/2013, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, por não terem sido apresentados os respetivos projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e após o termo do prazo de suspensão previsto no mencionado n.º 6 do mesmo artigo;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 07/01/2014;

- Durante este prazo a titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de seis meses, previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de suspensão de seis meses, previsto no n.º 6 do mesmo artigo, sem que a titular do processo nº 585/07, Cidália das Neves Luís tenha apresentado os projetos das especialidades, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 6 do referido artigo

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

20.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fonte 25 de Abril, n.ºs 40 a 42, lugar de Moinho de Cima, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.620.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - REQ. N. 2859/10, DATADO DE 17/12/2010 – PC N.º 480/06, DATADO DE 24/07/2006 – JOSÉ ESPERANÇA BARBEIRO

164 - Presente processo referente ao pedido de **licenciamento da obra de construção de um edifício misto e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 480/06, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Poços/Rua das Andorinhas, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.761 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.915, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **José Esperança Barbeiro**, com o NIF 103081399, residente na Rua Padre Joaquim Gonçalves Margalhau, n.º 1870, lugar de Vergieira, freguesia de Amor, concelho de Leiria, o qual foi objeto de deliberação camarária de defetimento final tomada na reunião de 29/01/2009.

Presente informação dos serviços, datada de 12/02/2014, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 29/01/2009, foi deferido o pedido de licenciamento da obra de construção de um edifício misto e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Poços/Rua das Andorinhas, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.761 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.915, da referida freguesia de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento n.º 480/06, José Esperança Barbeiro, com o NIF n.º 103081399, residente na Rua Padre Joaquim Gonçalves Margalhau, n.º 1870, Vergieira, freguesia de Amor, concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício n.º 1239/13, de 19/11/2013, rececionado em 25/11/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 16/12/2013;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 480/06, José Esperança Barbeiro, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento referente à obra de construção de um edifício misto e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito Rua dos Poços/Rua das Andorinhas, lugar de Tojeira de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o nº 1.761 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 7.915, da referida freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - REQ. N. 767/12, DATADO DE 07/02/2012 – PC N.º 727/07, DATADO DE 26/12/2007 – VECOGEST, LDA.

165 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento da obra de **construção de um edifício habitacional (dois fogos) e muros de vedação, incluindo o destaque de uma parcela de terreno**, a que foi atribuído o número de processo 727/07, a levar a efeito num prédio rústico, localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 15.793 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 6.720, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **VECOGEST, LDA.**, com o NIPC nº 505668254, com sede na Rua da Base Aérea N.º 5, nº 1398, lugar de Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, o qual foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 27/05/2010.

Presente informação técnica datada de 12/02/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 27/05/2010, foi deferido o pedido de licenciamento da obra de **construção de um edifício habitacional (dois fogos) e muros de vedação, incluindo o destaque de uma parcela de terreno**, incidente sobre um prédio rústico, localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 15.793 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 6.720, da referida freguesia de Marinha Grande;
- A sociedade titular do processo de licenciamento nº 727/07, **VECOGEST, LDA.**, com o NIPC 505668254, com sede na Rua da Base Aérea N.º 5, nº 1398, lugar de Segodim, freguesia de

Monte Real, concelho de Leiria, foi regularmente notificada pelo ofício nº 1228/13, de 19/11/2013, rececionado em 22/11/2013, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará, dentro do prazo de três anos, resultante do computo do prazo de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, do prazo de um ano resultante da duplicação aplicada nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03 e do prazo de um ano resultante da prorrogação concedida por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 11/02/2013;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 13/12/2013;

- Durante este prazo a sociedade titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de um ano resultante da duplicação aplicada nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03 assim como o prazo de um ano resultante da prorrogação concedida por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 11/02/2013, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 72.º do RJUE, sem que a sociedade titular do processo nº 727/07, VECOGEST, LDA, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento referente à obra de construção de um edifício habitacional (dois fogos) e muros de vedação, incluindo o destaque de uma parcela de terreno, incidente sobre um prédio rústico, localizado na Rua das Rosas, Pedra, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.793 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 6.720, da referida freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - REQ. N. 75/14 , DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 579/07, DATADO DE 20/09/2007 – BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A.

166 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de **construção de moradia unifamiliar e muro de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 579/07, incidente sobre um prédio sito na **Rua da Serraria**, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, apresentado por Agostinho Cunha – Construções Civis, Lda., averbado para **Banco Comercial Português, S.A.**, com o NIPC n.º 501525882, com sede na

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Praça D. João I, Porto, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 15/07/2010;

Presente pedido de licença especial para conclusão de obra inacabada, nos termos do previsto no art.º 88 do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03;

Presente parecer técnico datado de 31/01/2014, sobre o assunto;

Considerando que:

- A caducidade da licença foi deliberada na presente reunião, de 06/02/2014;
- Atendendo às fotos que instruem o pedido, a obra em causa apresenta um avançado estado de execução;
- De acordo com o teor do parecer dos serviços de fiscalização, datado de 02/06/2010, verifica-se que a obra se encontrava, à data, em fase de acabamentos, faltando “pintura dos muros de vedação, colocação de pavimento, trabalhos de carpintaria, bem como arranjos exteriores envolventes”;
- Considerando, ainda, haver interesse na conclusão da obra, não se mostrando aconselhável a sua demolição por razões económicas, atendendo à atual conjuntura económica e aos custos que uma eventual demolição acarreta, para além do impacto urbanístico negativo que um prédio inacabado apresenta

A Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra inacabada, nos termos do previsto no art.º 88 do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - REQ. N. 150/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 28/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

167 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 150/14, datado de 29/01/2014, apresentado por **Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A.**, para abertura de vala em diversas ruas do concelho, num total de 1780,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua 32, Rua 42, Rua Pinheiro Grande, Rua Olho Ferrado, Travessa da Rua do Olho Ferrado e Travessa da Rua 52, lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande.**

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 29/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em diversas ruas do concelho, num total de 1780,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua 32, Rua 42, Rua Pinheiro Grande, Rua Olho Ferrado, Travessa da Rua do Olho Ferrado e Travessa da Rua 52, lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) No que diz respeito à intervenção a levar a cabo na Rua 32 e no troço entre a Rua 42 e o cruzamento com a Travessa do Pedrogão Grande, apenas se permite a execução da conduta da rede de gás em zona de berma ou passeio, não podendo efetuar cortes de pavimentos em travessias;
- b) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- c) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - REQ. N. 141/14, DATADO DE 29/01/2014 – PC N.º 27/14, DATADO DE 29/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

168 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 141/14, datado de 29/01/2014, apresentado por Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Avenida José Gregório/Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 29/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Avenida José Gregório/Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REQ. N. 30/14, DATADO DE 09/01/2014 – PC N.º 5/14 , DATADO DE 09/01/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

169 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 30/14, datado de 09/01/2014, apresentado por Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para abertura de vala destinada a realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem cabo de fibra ótica em infraestruturas já existentes, a levar a efeito na Estrada da Nazaré – EN 242, Rua 1.º de Abril e Estrada do Guilherme, todas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para abertura de vala destinada a realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem cabo de fibra ótica em infraestruturas já existentes, a levar a efeito na Rua 1.º de Abril e Estrada do Guilherme, ambas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Informar a requerente que, no que diz respeito à execução de trabalhos na Estrada da Nazaré – EN242, esta artéria, uma vez que se trata de uma estrada nacional, está sob a gestão das Estrada de Portugal, S.A., pelo que deverá ser solicitada autorização a essa entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

**46 - REQ. N. 60/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 11/14 , DATADO DE 16/01/2014 –
VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.**

170 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 60/14, datado de 16/01/2014, apresentado por **Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A.**, para abertura de vala destinada a realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem cabo de fibra ótica em postes já existentes, a levar a efeito na **Estrada da Nazaré – EN 242, e Rua da Machinha, na zona da Moita**, todas da freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 22/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado Vodafone Telecel – Comunicações Pessoais, S.A., para abertura de vala destinada a realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem cabo de fibra ótica em postes existentes, a levar a efeito na Rua da Machinha, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Informar a requerente que, no que diz respeito à execução de trabalhos na Estrada da Nazaré – EN242, esta artéria, uma vez que se trata de uma estrada nacional, está sob a gestão das Estrada de Portugal, S.A., pelo que deverá ser solicitada autorização a essa entidade

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**47 - REQ. N. 80/14, DATADO DE 20/01/2014 – PC N.º 18/14, DATADO DE 20/01/2014 –
PT COMUNICAÇÕES, S.A.**

171 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, com o registo n.º 80/14, datado de 20/01/2014, apresentada por **PT Comunicações, S.A.**, para execução de trabalhos em subsolo, com abertura de 10,00 metros de vala, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, a levar a efeito na **Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinós**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 23/01/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de Ocupação da Via Pública para realização de trabalhos em subsolo, com abertura de 10,00 metros de vala, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, para execução de uma requisição de ligação a levar a efeito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção.**
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - REQ. N. 127/14, DATADO DE 27/01/2014 – PC N.º 25/14, DATADO DE 27/01/2014 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA.

172 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por **ZON TV CABO PORTUGAL, SA**, com abertura de vala numa extensão de 25,00 metros de passeio, para realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na **Avenida Vitor Gallo, n.º 32**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 04/02/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, com abertura de vala numa extensão de 25,00 metros de passeio, para realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Avenida Vitor Gallo, n.º 32, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - REQ. N.º 5/14 – PC N.º 1/14 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

173 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, relativos à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua dos Poços, n.º 52, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 09/01/2014, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Presente informação técnica, datada de 10/02/2014, sobre o término do prazo concedido.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 56/14, datado de 13/01/2014 e rececionado em 15/01/2014, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 05/02/2014;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera INDEFERIR o pedido de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua dos Poços, n.º 52, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“O pavimento em betuminoso encontra-se em bom estado de conservação. Este arruamento foi alvo de beneficiação profunda que conduziu à reformulação integral dos pavimentos. Esta intervenção foi previamente comunicada à Lusitaniagás (ofício n.º 1691, de 18/02/2005) e que a Lusitaniagás, na altura da empreitada, executou os trabalhos que entendeu necessários (vosso ofício L-138-05, de 22/05/2005). Assim, (...) não se devem autorizar cortes de betuminoso neste arruamento e que devem ser encontradas soluções alternativas.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - REQ. N. 1024/13, DATADO DE 08/07/2013 – PC N.º 342/12, DATADO DE 19/11/2012 – FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA

174 - Presente pedido, com registo de entrada n.º 1882/12, de 19-11-2012 (complementado e ratificado pelo requerimento n.º 1024 de 08-07-2013) apresentado **por Frutembal – Produção e Exportação de Embalagens, Lda**, com sede na Rua da Fábrica, n.º 10, Escoura, Marinha Grande, **José Ferreira Júnior**, residente na Rua 69, n.º 10, Escoura, Marinha Grande, **Manuel Grácio Ferreira** e **Aires da Graça Ferreira**, ambos residentes no lugar de Pilado, Marinha Grande, em que é solicitada a revogação do ato administrativo que aprovou o loteamento urbano com o alvará n.º 1/84.

Presente processo de licenciamento do loteamento em nome de Aires da Graça Ferreira e outro, a que corresponde o alvará n.º 1/84.

Presentes pareceres jurídicos dos serviços da Divisão de Ordenamento do Território – DOT, de 29 de janeiro de 2014 e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC, com registo de entrada n.º 10131/2013, de 30-12-2013.

A Câmara Municipal analisou os pedidos apresentados, com registos de entrada n.º 1882/12, de 19-11-2012 e n.º 1024/13 de 08-07-2013, por Frutembal – Produção e Exportação de Embalagens, Lda, com sede na Rua da Fábrica, n.º 10, Escoura, Marinha Grande, José Ferreira Júnior, residente na Rua 69, n.º 10, Escoura, Marinha Grande e Manuel Grácio Ferreira e Aires da Graça Ferreira, ambos residentes no lugar de Pilado, Marinha Grande, em que é solicitada a revogação do ato administrativo (deliberação camarária de 04-01-1984) que aprovou o loteamento urbano com o alvará n.º 1/84, em nome de Aires da Graça Ferreira e outro, sito no Arneiro, Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande e considerando que:

- O prédio rústico, sito em Arneiro, freguesia e concelho da Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 8.078, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 18.529, se encontra registado a favor de **Aires da Graça Ferreira, José Ferreira Júnior e Manuel Grácio Ferreira**;
- O prédio urbano, sito em Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, com a área total de 1.034,00 m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 10.046, composto por barracão amplo destinado a indústria, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 7087, se encontra registado a favor de **Frutembal – Produção e Exportação de Embalagens, Lda**;
- O prédio rústico, sito em Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, com a área total de 1.054,00 m2, omissa na matriz, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 3.724, se encontra registado a favor da requerente **Frutembal – Produção e Exportação de Embalagens, Lda**;
- Os prédios, acabados de descrever, correspondem aos 3 lotes do referido loteamento;
- O pedido fundamentou-se no facto de o identificado alvará nunca ter sido registado na Conservatória do Registo Predial e os requerentes pretenderem legalizar as construções, entretanto construídas nos lotes em causa;
- À luz do artigo 73.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, é possível revogar licenças, nos termos estabelecidos para os atos constitutivos de direitos;

- A revogação determina a cessação ou extinção dos efeitos que o ato administrativo - deliberação camarária de 04-01-1984 – produziu;
- Os atos constitutivos de direitos - como é o caso da licença que permitiu lotear o prédio, de que resultaram os lotes propriedade dos requerentes – são revogáveis quando todos os interessados derem o seu consentimento, não se tratarem de direitos ou interesses indisponíveis, como é o caso em apreço – alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA;

Delibera revogar, ao abrigo do artigo 142.º do CPA e de acordo com o artigo 73.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, a deliberação camarária de 04-01-1984, que aprovou o loteamento para o prédio, então descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8593, por:

- Todos os atuais proprietários dos referidos lotes terem dado o seu consentimento (Frutemba – Produção e Exportação de Embalagens, Lda; José Ferreira Júnior; Aires da Graça Ferreira e Manuel Grácio Ferreira), conforme dispõe a alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do CPA;
- Não terem sido cedidas quaisquer parcelas para o domínio público do Município;
- A presente revogação se destinar a dar nova configuração aos prédios em causa, de modo a “legalizar” os edifícios aí construídos sem o necessário controlo prévio;
- Estarem subjacentes à presente revogação, para além dos interesses dos particulares, interesses públicos de correto ordenamento do território e regularização de situações ilegais;
- Se tratarem de edifícios destinados à indústria (produção e exportação de embalagens), cujo funcionamento se pretende preservar, num clima, como o atual, de crise e estagnação económica;

A presente revogação produz, nos termos do n.º 1 do artigo 145.º do CPA, efeitos *ex nunc*, ou seja para o futuro.

A Câmara Municipal delibera, ainda:

- Notificar, os requerentes para, no prazo de 120 dias, apresentarem requerimento para sujeição das operações urbanísticas ilegais às disposições legais e regulamentares em vigor;
- Dar conhecimento do conteúdo da presente deliberação à Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para almoço, que decorreu das 12:40 horas às 14:30 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

No recomeço da reunião foi recebida no Salão Nobre uma turma de alunos do 2.º ano do Pátio da Inês, que se encontravam de visita à Câmara, e que tiveram oportunidade de conhecer o Presidente da Câmara e os Vereadores, a quem colocaram algumas questões.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

51 - 3.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 1.ª REVISÃO

Assunto discutido e votado no início da reunião.

52 - EDIFÍCIOS DEGRADADOS – AV.ª. 1.ª DE MAIO, NºS. 58/60 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: HERANÇA DE JOSÉ DOS SANTOS LOPES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE – APRECIACÃO DO AUTO DE VISTORIA – REALIZAÇÃO DE TRABALHOS URGENTES.

175 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 21-02-2013, foi determinada a realização de vistoria urgente aos prédios sitos na Av.ª. 1.ª de Maio, nºs. 58 e 60, Marinha Grande, inseridos na herança de José dos Santos Lopes, da qual é Cabeça de Casal, Olimpia Carvalho Pereira da Quitéria Lopes, residente na Rua José dos Santos Lopes, n.º 23, Apartado 3081, 2420-039 Leiria e também herdeiro Ricardo Lopes, seu filho, tendo em vista determinar os riscos e perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correcção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for caso disso, a ordem de prioridades.

Realizada a vistoria no dia 18-03-2013, foi-nos presente o respectivo auto de vistoria datado de 21-01-2014, que aqui se dá para os devidos efeitos por integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 4**), do qual se transcrevem as respectivas conclusões:

“4 – Proposta de intervenção

Considerando as patologias detectadas e o subsequente diagnóstico, propõe-se como necessária uma intervenção que contemple os seguintes trabalhos:

4.1 – Demolição dos anexos;

4.2 – Encerramento dos vãos dos edifícios principais, com panos de alvenaria de tijolo assente com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4 ou 1:5;

4.3 – Encerramento da cobertura das chaminés e outros ductos verticais, impedindo a entrada direta de água das chuvas;

4.4 – Reparação e consolidação dos elementos salientes das fachadas (beirados e cornijas), evitando a sua queda sobre a via pública e potencial degradação do edifício;

4.5 – Reparação das coberturas, incluindo reparação da estrutura de suporte da cobertura e substituição de telhas danificadas ou ausentes por outras idênticas ou semelhantes;

4.6 – Picagem e revestimento a reboco de argamassa bastarda de cal, cimento e areia, ao traço 1:2:9 ou similar, das fachadas das edificações.

5 – Estimativa

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 15.000,00€ (quinze mil euros)..."

“6 – Calendarização

Prevê-se que os trabalhos em causa se possam realizar no período de dois (2) meses.”.

A Câmara Municipal apreciou o auto de vistoria e em face dos potenciais riscos e perigosidades decorrentes das más condições gerais de segurança e salubridade dos edifícios, com alguns dos elementos de revestimento e remate em risco de desprendimento e queda delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos nºs. 2 e 3 do artigo 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar aos herdeiros dos prédios representados pela Cabeça de Casal da herança, Olímpia Carvalho Pereira da Quitêria Lopes, residente na Rua José dos Santos Lopes, n.º 23, Apartado 3081, 2420-039 Leiria, a realização no prazo máximo de 2 (dois) meses, dos seguintes trabalhos:

1. Demolição dos anexos;
2. Encerramento dos vãos dos edifícios principais, com panos de alvenaria de tijolo assente com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4 ou 1:5;
3. Encerramento da cobertura das chaminés e outros ductos verticais, impedindo a entrada direta de água das chuvas;
4. Reparação e consolidação dos elementos salientes das fachadas (beirados e cornijas), evitando a sua queda sobre a via pública e potencial degradação do edifício;
5. Reparação das coberturas, incluindo reparação da estrutura de suporte da cobertura e substituição de telhas danificadas ou ausentes por outras idênticas ou semelhantes;
6. Picagem e revestimento a reboco de argamassa bastarda de cal, cimento e areia, ao traço 1:2:9 ou similar, das fachadas das edificações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: CÉSAR BASTOS – BURACO NO PAVIMENTO DA RUA DA PASSAGEM, VIEIRA DE LEIRIA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIÇÃO E DEFERIMENTO.

176 - Presente requerimento apresentado em 04-11-2013 nesta Câmara Municipal, por César Bastos, engenheiro, titular do NIF 243085834, residente em 157 Route de Bourges, 45500 Poilly Les Gien, França, solicitando o ressarcimento do valor dos prejuízos causados num pneu da viatura automóvel que conduzia no passado dia 28 de outubro, na Rua da Passagem, em Vieira de Leiria, causados por um buraco no pavimento, no valor total de 222,26€, com IVA incluído, danos que imputa aos serviços municipais.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 19-11-2013.

Presente Informação n.º 1/22/2014-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, César Bastos, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/22/2014 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 5), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 222,26€ (duzentos e vinte e dois euros e vinte seis cêntimos), com IVA incluído, apresentado por César Bastos, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar o lesado, César Bastos, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munido do recibo correspondente ao pagamento da fatura do montante de 162,52€, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

54 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: HÉLDER MOREIRA FERNANDES - DEFERIMENTO.

177 - Presente Informação Jurídica n.º 2501/2013, de 30.12.2013, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo VI);

Presente planta de localização da rua 25 de abril - freguesia da Marinha Grande - (anexo V)

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Presentes esclarecimentos escritos prestados pelo condutor lesado Hélder Moreira Fernandes, requeridos pela DJC no âmbito da instrução do processo (anexo IV)

Presente Participação da P.S.P. – esquadra da Marinha Grande, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 10697/2011, respeitante ao acidente de viação ocorrido em 14.11.2011 na Rua 25 de abril – freguesia da Marinha Grande -, com a viatura Ford Fiesta (anexo III);

Presente informações da DOEM/DISU, de 13.12.2011, de 10.01.2012, de 07.02.2012, enviadas via Webdoc à DJCP/DJC associadas à E/10393/2011, respetivamente em 19.12.2011, 30.01.2012 e 15.11.2013 (anexo II);

Presente requerimento n.º E/10393/2011, de 25/11/2011, apresentado pelo lesado Hélder Moreira Fernandes, na qual junta cópia de fatura de reparação do veículo Ford Fiesta, com a matrícula 15-LH-76 e requer indemnização no valor de 200 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 14 de novembro de 2011, pela existência de um buraco numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua 25 de abril (freguesia da Marinha Grande) - e cujo pavimento é composto por calçada grossa de calcário (anexo I);

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º I/2501/2013, de 30.12.2013, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o lesado Hélder Moreira Fernandes, contribuinte n.º 214 624 110, no montante de duzentos euros, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da factura e recibo emitidos pela Sociedade Seiça Tavares, Lda .

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

55 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ DA PRAIA, EM S. PEDRO DE MOEL. CESSAÇÃO DO CONTRATO.

178 - Presente contrato de concessão da exploração do Café da Praia, em S. Pedro de Moel, celebrado em 23 de junho de 1999.

Presente requerimento, datado de 16 de janeiro passado, através do qual os responsáveis pela exploração solicitam a cessação antecipada e imediata do contrato de concessão.

A Câmara Municipal delibera aceitar o pedido de cessação antecipada do contrato de concessão da exploração do Café da Praia, em S. Pedro de Moel.

Mais delibera efetuar uma vistoria prévia à entrega das chaves, na qual deverão estar presentes os responsáveis pela exploração.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**56 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A.
DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Antes de ser colocada à votação a proposta, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** afirmou que é inegável a competência do Dr. João Cruz, e jamais estará em causa o seu desempenho profissional. Mencionou que estamos a designar um "fiscal único", alguém que fiscaliza, corrige e revê a atividade da empresa. Deste modo referiu que gostaria de saber quais foram os requisitos para a escolha?

Relembrou, da reunião passada, que o executivo permanente argumentou que o processo do restaurante na Zona Industrial tinha de estar na plataforma eletrónica, por questões de transparência.

O **Sr. Presidente** respondeu que os requisitos para esta escolha são a continuidade do trabalho e a satisfação com o serviço prestado.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** acrescentou que também tem de haver confiança do tipo profissional naquela pessoa e provas de que o desempenho é bom, para além de que se trata de uma pessoa da Marinha Grande.

De seguida passou-se à votação da proposta infra:

179 - Considerando que compete à Assembleia Municipal, por proposta desta Câmara Municipal, designar o fiscal único da empresa municipal TUMG, EM Unipessoal SA, de acordo com o artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que deve, de igual modo, ser designado o suplente do fiscal único, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que o fiscal único deve ser obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o artigo 25.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que se deve manter a remuneração anual praticada nos anos anteriores, que ascende a 6.000,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal.

Considerando que a sociedade João Cruz, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal Lda., se encontra registada sob o n.º 231, na Ordem dos Revisores Oficiais de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Contas, e que o Dr. João Carlos Cunha da Cruz e o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos são revisores oficiais de contas.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com artigo 25.º, n.º 1, alínea n), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e para os efeitos do artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal:

- 1) A designação como fiscal único efetivo da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A., da sociedade João Cruz, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (n.º de registo 231), representada pelo Dr. João Carlos Cunha da Cruz (revisor oficial de contas n.º 1228) e, como suplente, o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos (revisor oficial de contas n.º 853).
- 2) A fixação da remuneração anual, do fiscal único efetivo, em 6.000,00 euros (seis mil euros), a que acresce IVA à taxa legal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Sem pôr em causa a competência profissional do Dr. João Cruz, por uma questão de coerência nós achamos que este tipo de contrato deve ser por concurso público.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

57 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA. AUTORIZAÇÃO. ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Antes de ser colocada à votação a proposta, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que é bom que a Câmara Municipal assuma que não tem conhecimentos e enalteceu que se faça uma concessão a 20 anos. Referiu que o concurso devia mencionar a legislação que rege os parques de campismo, ou seja, a Lei 39/2008 e a Portaria 1320/2008, para que se faça cumprir, já que a Câmara Municipal não conseguiu.

Disse ainda que seria necessário clarificar o documento enviado pela Câmara Municipal no que se refere a quem é que tem livre acesso ao Parque de Campismo.

Lamentou que no concurso se dê mais importância à renda anual (fator 0,4) do que à atividade comercial (fator 0,3), pois seria mais importante para a Praia e para a Vieira a vida económica do Parque de Campismo do que a renda que a Câmara vai receber.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que no caderno de encargos está previsto, de forma genérica, que tem de ser cumprida a lei em vigor, porque numa concessão a 20 anos a lei altera-se.

De seguida passou-se à votação da proposta infra:

180 - Considerando que:

- A Câmara Municipal não dispõe de condições financeiras e técnicas adequadas para a gestão direta do Parque de Campismo de Vieira de Leiria;
- A Câmara Municipal não dispõe igualmente de conhecimentos específicos na gestão de equipamentos desta índole;
- O recurso ao mercado pode constituir uma oportunidade real de valorização do Parque de Campismo, elevando a oferta de serviços disponíveis aos utentes e reforçando a sua qualidade;
- A concessão pressupõe que o futuro adjudicatário realize um conjunto de investimentos em obras que permitam a compatibilização dos serviços prestados com as exigências legais e regulamentares aplicáveis;
- O funcionamento da concorrência não prejudica os interesses dos utentes, antes pelo contrário pode alargar a variedade de alternativas disponíveis;
- A concessão acautela de forma intensa a satisfação do interesse público a cargo do Município.

Considerando que compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais (artigo 25.º, n.º 1, alínea p), do Regime Jurídico das Autarquias Locais).

Assim, a **Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea p), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

- a) **Aprovar as condições de exploração do Parque de Campismo de Vieira de Leiria, constantes do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, documentos que se dão por reproduzidos;**
- b) **Solicitar a autorização da Assembleia Municipal para proceder à concessão de exploração do Parque de Campismo de Vieira de Leiria, nos termos e condições constantes dos documentos referidos na alínea anterior.**

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**58 - “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA”.
RECLAMAÇÃO. APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS DO PROJETO.
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.**

181 - Presente despacho n.º 35/2014, de 17 de fevereiro, com o seguinte teor integral:

Na sequência de deliberação camarária, de 9 de janeiro de 2014, foi notificado o cocontratante da empreitada de Construção da ciclovia e beneficiação da Estrada Atlântica, para prestação da caução e documentos de habilitação devidos.

O empreiteiro veio, em resposta alegar que a imputação em metade da responsabilidade pela execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões não é admissível, pelo facto de, na fase de formação do contrato, ter apresentado na lista de erros e omissões detetados a necessidade de execução de trabalhos destinados à realização da componente cujo suprimento foi agora aprovado.

De facto, compulsada a lista então apresentada, constata-se que o empreiteiro procedeu à menção da existência de quantidades insuficientes nos artigos que estão em causa. Na apreciação então efetuada concluiu-se que as quantidades iniciais eram suficientes para a execução do projeto.

Os fundamentos que estão na base da divergência quanto à imputação da responsabilidade partilhada do custo dos trabalhos de suprimento são os seguintes: o dono da obra entendeu, numa primeira análise, que a ausência de tais trabalhos (quantidades em artigos previstos) se deve a uma desconformidade do projecto com a realidade e que tal situação deveria ter implicado a denúncia dessa circunstância por parte de qualquer dos interessados; já o empreiteiro alega que procedeu em tempo à denúncia desses erros e que o dono da obra rejeitou a necessidade do seu suprimento na fase de formação do contrato. Pode concluir-se inequivocamente que os erros foram denunciados na fase de formação do contrato por um dos interessados, ainda que com distinto fundamentado daquele que veio a ser posteriormente considerado na informação técnica de suporte da decisão contestada. Esta circunstância é suscetível de gerar uma incerteza elevada quanto à correção da imputação da responsabilidade partilhada ao empreiteiro nos termos definidos pela mencionada deliberação camarária. No mesmo sentido, concorre o facto de o projeto não ter sido submetido a revisão e designadamente à garantia da sua efetiva conformidade com a realidade física existente na data em que foi iniciado o procedimento de concurso público em face do tempo decorrido desde a conclusão do projeto.

Por outro lado, constata-se uma incorreção no preço unitário considerado no artigo 1.3 que é de 1,61 euros/m³ e não de 0,97 euros/m³, o que impõe a retificação do valor parcial e final do contrato adicional a celebrar.

No que respeita ao prazo de execução para a realização dos trabalhos de suprimento não existem fundamentos para a sua alteração, pelo se mantém o prazo fixado.

Assim, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, n.º 1 e 377.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovo, no âmbito do contrato de empreitada de “Construção da ciclovia e beneficiação da Estrada Atlântica”, trabalhos de suprimento de erros do projeto respeitantes a quantidades desconformes com a realidade no valor de 1.705,25 euros (mil setecentos e cinco euros e vinte e cinco centimos), a que acresce IVA à taxa legal, de acordo com os preços unitários constantes do contrato relativos aos artigos 1.1., 1.3. e 4.3.1., fixo o seu prazo de execução em um dia, que não determina a prorrogação do prazo de execução da empreitada, e mantenho quanto ao mais o teor constante da deliberação camarária, de 9 de janeiro passado.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

O presente despacho deve ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho n.º 35/2014, de 17 de fevereiro.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

59 - ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

Assunto discutido e votado no início da reunião.

60 - ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DA MOITA

Assunto discutido e votado no início da reunião.

61 - ACORDO DE EXECUÇÃO. DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS. FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA

Assunto discutido e votado no início da reunião.

62 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

182 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Revitalização do Património Stephens – Reservas do Museu do Vidro – Concurso público n.º 01/2007”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 28 de Junho de dois mil e sete, à empresa “A Encosta, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

63 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

183 - A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de Bar Concerto Pero Neto com Nuno Junqueira & Amigos e David Antunes dia 22 de fevereiro de 2014;
- Licença especial de ruído, para realização de Bailes de carnaval nos dias 1 e 3 de março de 2014;
- Licença especial de ruído, para realização do Jantar Convívio Dia Da Mulher Pero Neto no dia 8 Março 2014;
- Licenças para colocação de publicidade alusiva aos eventos.

A Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização do baile dos compadres, no dia 28 de fevereiro de 2014;

Presente informação nº 5/AF e 6/AF de 14 de fevereiro de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro e a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído e publicidade.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

64 - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA COMEMORAÇÃO DO CARNAVAL

184 - Considerando que se aproximam as comemorações do carnaval;

Considerando que estes festejos contribuem para a dinamização do concelho da Marinha Grande;

Considerando que o comércio local atravessa uma crise sem precedentes que torna necessário o fomento das vendas;

Considerando que importa criar oportunidades de incremento da economia do concelho e defender os interesses de todos aqueles que, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento da Marinha Grande;

Considerando que o alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais possibilitará, no atual quadro de incerteza e dificuldades económico-financeiras, a dinamização do comércio local;

Considerando que o nº 3 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande prevê a faculdade da Câmara Municipal alargar, em períodos determinados, os limites dos horários de funcionamento fixados, nomeadamente, no Carnaval;

Considerando que esta premissa, conforme dispõe o nº 1 do artigo 13º do citado Regulamento, está condicionada à auscultação dos sindicatos, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, das associações patronais, associações de consumidores e das Juntas de Freguesia e, cumulativamente, à observância dos seguintes requisitos:

- Justificar-se por interesses ligados ao turismo ou outros devidamente fundamentados;
- Não constituir motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes, devendo em todos os casos respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído;
- Respeitar as características sócio culturais e ambientais da área em causa, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Considerando que o alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais, para as comemorações do Carnaval, permitirá dinamizar o comércio local com o objetivo de fomentar as vendas por forma a fazer face à atual crise que o comércio atravessa. E uma vez que se mantém a obrigatoriedade de respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído, não se vislumbra que a eventual autorização do alargamento de horário de funcionamento possa vir a contribuir para a perturbação da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes ou criar constrangimentos na circulação e estacionamento.

Considerando que, de acordo com o nº1 do artigo 13.º do regulamento, já foram solicitados os pareceres ao sindicato, à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana, às associações patronais, e de consumidores e às Juntas de Freguesia;

A Câmara Municipal delibera autorizar, ao abrigo do nº3 do artigo 13º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, o alargamento do horário de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, independentemente do ramo de atividade, até às 6 horas dos dias 2 e 4 de março de 2014.

Mais delibera isentar do pagamento das taxas devidas por esse alargamento, sob pena de eventuais lucros advenientes dessa medida serem absorvidos pelo pagamento desses tributos e dar conhecimento do teor da presente deliberação às forças de segurança competentes – Guarda Nacional Republicana de São Pedro de Moel e de Vieira de Leiria e Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande.

Ao abrigo do nº1 do artigo 13º do citado regulamento, a presente autorização fica condicionada aos pareceres favoráveis do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, da Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande, da Guarda Nacional Republicana de Vieira de Leiria e São Pedro de Moel, da DECO- Associação da Defesa do Consumidor, da ACIMG-Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande e da Junta de Freguesia da Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

65 - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

185 - Presente os requerimentos:

- E/8662/2013, da requerente Maria Manuela Lopes Varela, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2201 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- E/753/2014, da requerente Maria da Conceição Custódia Domingues, em que solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de trasladação das ossadas de Gracinda Custódia e Jacinto Domingues, no valor de 200,71€, em 5 prestações mensais.

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presentes informações nº 1/AF e 2/AF de 14 de fevereiro de 2014, onde se confirma o que o pedido está devidamente instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Manuela Lopes Varela, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua n.º 2201 do Cemitério de Casal Galego, em oito prestações mensais e a Maria da Conceição Custódia Domingues, o pagamento da taxa de trasladação de ossadas, em cinco prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 2109/2 de 28 de janeiro de 2014, no valor de 1.000,00€, em nome de Maria Manuela Lopes Varella, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 2201, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

66 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JANEIRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

186 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de janeiro de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de janeiro de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que registava com agrado a elaboração de dois quadros: um por mês e outro com o acumulado.

67 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ENTRE 17-12-2013 E 31-12-2013

187 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 20-12-2012, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que na sessão ordinária de 28-12-2012 a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, desde que:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que foi ainda deliberado que, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deveria ser apresentada informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/011/2014 de 13-02-2014 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande, de 17-12-2013 a 31-12-2013,

que foram objeto de autorização prévia genérica na sessão da Assembleia Municipal de 28-12-2012.

Atenta a informação prestada a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos para o ano de 2013 e seguintes ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo na sua sessão de 28-12-2012, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LPCA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21-06.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

68 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO MÊS DE JANEIRO DE 2014

188 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião 26-12-2013 deliberou, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º e alínea b) do artigo 3º, ambos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, propor à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

- A. A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
 - 1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
 - 2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
 - 3. Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
- B. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

- C. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

Considerando que, na sessão ordinária de 30-12-2013, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos propostos.

Considerando que foi ainda deliberado que, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deveria ser apresentada informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/12/2014 de 13-02-2014 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande em Janeiro de 2014, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal.

Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos em Janeiro de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida para o ano de 2014 pelo órgão deliberativo na sua sessão de 30-12-2013, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

69 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. ADITAMENTO.

189 - Na sequência de proposta desta Câmara Municipal foi aprovada pela Assembleia Municipal a emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tendo por referência diversos contratos administrativos.

Constata-se que a abrangência fixada se revela insuficiente para agrupar todas as situações que carecem de efetiva consideração e que correspondem a contratos necessários para o funcionamento corrente do Município.

Considerando que:

- a) A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está

- sujeita a autorização prévia da assembleia municipal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- b) Os compromissos plurianuais são compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico (artigo 3.º, alínea b), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
 - c) A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
 - d) O artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, admite a assunção de encargos em mais de um ano económico;

Atendendo a que os pressupostos da deliberação camarária já identificada se mantêm válidos para outros contratos celebrados pelo Município e que a autorização para a assunção de compromissos plurianuais relativa à revisão ou atualização de preços de outros contratos já celebrados, respeita a situações em que existe um vínculo jurídico cujo rompimento é suscetível de gerar o pagamento de indemnizações;

Assim, **a Câmara Municipal, com os fundamentos expostos, delibera, de acordo com o artigo 32.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal:**

A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:

- 1) À aprovação de revisão ou atualização de preços de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas nos clausulados contratuais;**

B) Nos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Nos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**70 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE DESRATIZAÇÃO E DESINFESTAÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS E COLECTORES
MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE MARÇO 2014 A DEZEMBRO 2016”**

190 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

No ano 2013, na sequência do previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2013, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro foi publicada a 17 de janeiro a Portaria n.º 16/2013, que

regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.

Verifica-se, no entanto, que em 2014, e até presente data, não foi publicada qualquer portaria que regule os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública tal como previsto e preceituado no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 14425 e informação CR 02/2014 da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, a identificar a necessidade de se proceder à contratação da *“Prestação de serviços de desratização e desinfestação de edifícios públicos e colectores municipais para o período de março 2014 a dezembro 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de desratização e desinfestação de edifícios públicos e colectores municipais, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

peçoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação da *“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO E DESINFESTAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS”*, na classificação orgânica/económica 07/020220, ação do PAM 2014/A/96.

Considerando que o preço base a aplicar é de 3.665,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 12% preceituada no n.º1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que o preço base a aplicar é inferior 5.000,00 euros, mas que o procedimento adotar é o concurso público e não o ajuste direto simplificado, não cumprindo por isso um dos requisitos do parecer prévio genérico para a celebração de contratos de prestação de serviços, deliberado em reunião de câmara de 23-01-2014, determinando por este facto que o procedimento a iniciar carece de parecer prévio vinculativo.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos

n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Desratização e desinfestação de edifícios públicos e colectores municipais para o período de março 2014 a dezembro 2016”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

71 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – RATIFICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PLURIANUALIDADE NA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS

191 - Presente informação n.º SB 12/2014 de 14.02.2014 da DFTI - Área de Finanças, relativa à autorização de plurianualidade presente em reunião de câmara municipal de 26.12.2013 e sessão da Assembleia Municipal de 30.12.2013.

Considerando que na referida informação são identificados diversos contratos cuja execução física e financeira em 2013 ficou aquém do previsto inicialmente aquando da assunção do compromisso, no ano de 2013, o que determina que o valor a executar em 2014 seja superior à autorização concedida pela Assembleia Municipal, pelo facto dos compromissos a assumir em 2014 serem superiores ao inicialmente previstos, situações identificadas no ponto A, Quadro do anexo I.

Considerando que na referida informação são ainda identificados processos de adjudicação, cuja plurianualidade não era previsível ou não foi devidamente acautelada aquando da assunção do compromisso em 2013, mas que a mesma tem de ser assumida face à natureza específica das mesmas, situações identificadas no ponto B, Quadro 3.

Considerando que os processos em apreço se encontram na presente data cabimentados e comprometidos no ano de 2014, e com o devido enquadramento nos fundos disponíveis apurados.

Considerando o exposto e os motivos invocados em cada caso, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização para a ratificação da plurianualidade para o ano de 2014, no que respeita à assunção dos compromissos identificados no Quadro do anexo I e no quadro 3 da informação n.º SB 12/2014 de 14.02.2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com efeitos a 31-12-2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

72 - FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA

O **Sr. Presidente** informou que o ponto tem de ser retirado da ordem do dia da presente reunião porque houve um erro de verificação da candidatura por parte das entidades envolvidas, em termos de percentagem do financiamento, o que impede a Câmara de avançar porque não respeita o protocolo firmado.

73 – PROJETO DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE 2014

Quando se entrou neste ponto, o **Sr. Presidente** levantou a questão legal da proposta apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, uma vez que da comunicação que a Câmara recebeu resulta que o referido Vereador não está em funções neste momento e a exercer o seu mandato, pelo que é necessário esclarecer se é legal a admissão da proposta que foi agendada em seu nome.

O **Sr. Vereador António Santos** começou por evidenciar que um documento desta importância devia ser votado por unanimidade.

Como a Agenda dispõe de 2 documentos, um da Vereação composta pelos elementos do executivo e outro apresentado pelo Vereador Carlos Logrado, propõe que se retire da Agenda e seja votado na próxima reunião apenas um documento de OP que tivesse o cunho de todos os Vereadores eleitos democraticamente nas últimas eleições Autárquicas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** partilha desta opinião.

O **Sr. Presidente** entretanto invoca a nulidade do projeto de OP do Sr. Vereador Carlos Logrado, considerando que este pediu a suspensão do mandato.

O **Sr. Vereador António Santos** pediu a palavra e mais uma vez pede a retirada da Agenda para ser votado um documento de OP único, aglutinador das várias ideias dos Vereadores.

Propôs esta proposta à votação e foi recusada com 3 votos favoráveis à sua retirada e 4 contra dos vereadores do executivo.

Mas mais uma vez o **Sr. Vereador António Santos** invoca que não se deve considerar o documento de OP do Sr. Vereador Carlos Logrado nulo, mas sim anulável e, assim sendo, deve ser sanado o vício considerando o seu conteúdo formal tido como válido, apenas sanando o vício relativo, alterando o cabeçalho com o nome da Vereadora M^a João ou + concelho.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Depois de ter sido chamado à reunião o Dr. Miguel Crespo, Jurista, a fim de explicar, acabou por concluir que o documento apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Logrado padecia de anulabilidade.

Depois deste esclarecimento o Sr. Presidente propôs uma interrupção da reunião, que decorreu das 16:30 horas às 16:45 horas.

Retomada a reunião, a **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** propôs a retirada da proposta de regulamento do orçamento participativo apresentada em nome do Sr. Vereador Carlos Logrado e apresentou uma proposta em seu nome para o mesmo fim.

Deste modo estavam criadas as condições para a tomada de deliberação, nos termos que se seguem que se seguem:

192 - Presentes duas propostas de projeto de regulamento do orçamento participativo para o ano de 2014, apresentadas, uma pela Sr.ª Vereadora Maria João Gomes e a outra pelo Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores Paulo Vicente, Alexandra Dengucho e Vítor Pereira.

Foram postas a votação as duas propostas, com a condição de que aquela que for aprovada, seja votada artigo a artigo, por forma a permitir a introdução de alterações.

A proposta de projeto de regulamento do orçamento participativo para o ano de 2014, apresentada pela Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, foi rejeitada, com 4 votos contra, 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e António Santos e 1 voto a favor da proponente.

A proposta aprovada foi analisada na especialidade, artigo a artigo, tendo sido recolhidos contributos que levaram ao projeto final de regulamento do orçamento participativo de 2014.

A proposta de projeto de regulamento do orçamento participativo para o ano de 2014, apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, pelos Senhores Vereadores Paulo Vicente, Alexandra Dengucho e Vítor Pereira foi aprovado por unanimidade.

Inicialmente a Sr.ª Vereadora Maria João Gomes votou contra, mas alterou o seu sentido de voto ao certificar-se que no âmbito dos projetos (artº. 5º), tinha sido aceite a proposta da oposição, passando a contemplar também a Juventude, a Cultura e a Ação Social.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa às Autarquias Locais, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, submeter à Assembleia Municipal, o presente projeto de regulamento, para efeitos de aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

74 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezanove de fevereiro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 3.720.514,22 €** (três milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e catorze euros e vinte e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

193 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

75. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO

76. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARREDURA MANUAL/MECÂNICA, DESOBSTRUÇÃO DE SUMIDOUROS, CORTE DE ERVAS E APLICAÇÃO DE HERBICIDA EM DIVERSAS ÁREAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE"*, PARA O PERÍODO DE 3 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE MARÇO DE 2014.

77. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

75 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO

194 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro, remetido pela ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO, datado de 18 de fevereiro de 2014, com o registo de entrada E/1412/2014 de 19 de janeiro de 2014, para uma visita a realizar no dia 21 de fevereiro de 2014, por um grupo de dezasseis idosos e duas acompanhantes.

Considerando que:

1- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários;

2 - A alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;

3 - Em anexo ao pedido de isenção de taxas foram enviados pela supra referida associação, os estatutos da mesma, bem como a folha de rosto do Modelo 22 IRC, relativo ao ano 2012.

4 - Salvo melhor opinião, os documentos apresentados comprovam a existência, a natureza jurídica e a finalidade da ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO;

Pelo exposto, propõe-se que seja concedida a isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro nos termos propostos;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera isentar a ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro, para uma visita a realizar no dia 21 de fevereiro de 2014, por um grupo de dezasseis idosos e duas acompanhantes.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

76 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARREDURA MANUAL/MECÂNICA, DESOBSTRUÇÃO DE SUMIDOUROS, CORTE DE ERVAS E APLICAÇÃO DE HERBICIDA EM DIVERSAS ÁREAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, PARA O PERÍODO DE 3 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE MARÇO DE 2014.

195 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

No ano 2013, na sequência do previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2013, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro foi publicada a 17 de janeiro a Portaria n.º 16/2013, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.

Verifica-se, no entanto, que em 2014, e até presente data, não foi publicada qualquer portaria que regule os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública tal como previsto e preceituado no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos

requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 14504/2014 e informação SS.14.2014, ambas da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, na qual se manifesta a necessidade da contratualização da *“Prestação de serviços de varredura manual/mecânica, desobstrução de sumidouros, corte de ervas e aplicação de herbicida em diversas áreas do concelho da Marinha Grande”*, para o período de 3 meses, com início previsto a 1 de março de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de varredura manual/mecânica, desobstrução de sumidouros, corte de ervas e aplicação de herbicida, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DISU propõe o convite à empresa Pragosa Ambiente, S.A. e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa para contratação da *“Prestação de serviços de varredura manual/mecânica, desobstrução de sumidouros, corte de ervas e aplicação de*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

herbicida em diversas áreas do concelho da Marinha Grande”, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2014/A/95, e que foi emitida a proposta de cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 21.939,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 12% preceituada no n.º 1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de varredura manual/mecânica, desobstrução de sumidouros, corte de ervas e aplicação de herbicida em diversas áreas do concelho da Marinha Grande”*, por os pagamentos inerentes ao mesmo serem pagos na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de varredura manual/mecânica, desobstrução de sumidouros, corte de ervas e aplicação de herbicida em diversas áreas do concelho da Marinha Grande”*, para o período de 3 meses, com início previsto a 1 de março de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

77 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

196 - O Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

-Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas no dia 28 de fevereiro de 2014, pelas 10:00h, para o desfile de Carnaval das crianças do Pré-Escolar do Jardim dos Pequenininhos e da EB1 da Praia da Vieira;

A ACAMG-Associação Concelhia das Associações da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/02/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, na Rua Infante D. Henrique, junto ao Parque da Cerca, nos dias 2 e 4 de março de 2014, das 9:00h às 18:30h, para as comemorações do Carnaval;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisados;
- Licença especial de ruído no âmbito das comemorações do Carnaval;
- Licenças para colocação de publicidade alusiva aos eventos.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, **isentar o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria e a ACAMG-Associação Concelhia das Associações da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, pela licença de instalação e funcionamento de recinto improvisados, pela emissão das licenças de ruído e publicidade.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

197 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião